



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TAYS PEREIRA DE SOUZA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a metodologia de ensino personalizada do
Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva
Pereira, no Município de Abaetetuba/PA

ABAETETUBA-PA

2019

TAYS PEREIRA DE SOUZA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a metodologia de ensino personalizada do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, no Município de Abaetetuba/PA.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário do Baixo Tocantins.

Orientadora: Prof.^a Ma. Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz.

ABAETETUBA-PA

2019

TAYS PEREIRA DE SOUZA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a metodologia de ensino personalizada do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, no Município de Abaetetuba/PA.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário do Baixo Tocantins.

Orientadora: Prof.^a Ma. Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Me. Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz – UFPA
Orientadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – FAECS/UFPA

Prof.^a Dr.^a Vivian da Silva Lobato – UFPA
Examinadora interna – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – FAECS/UFPA

Dedico este trabalho a todos que acreditaram em mim e que acreditam na transformação que a educação pode causar na vida de cada indivíduo e consequentemente, na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, pelo dom da vida e pelas graças e bênçãos que tem me concedido, mesmo sem “merecer”.

Aos meus avós, Terezinha e Miguel que são meus maiores alentos. Miguel por ser incansável na busca de melhorias em vários aspectos, um ribeirinho, líder de comunidade e fundador da Escola São José – Abaetetuba, que não mede esforços para ajudar as pessoas. Terezinha, também ribeirinha, analfabeta, que tem um histórico de luta como de muitas outras mulheres e homens do campo/ilhas, que trabalhou na roça desde a infância, criou 12 filhos e sempre foi (e ainda é) perseverante na defesa de que a educação é o único caminho para transformações em nossas vidas.

À minha mãe Maria Lúcia, minha grande inspiração, mulher admirável, que está sempre presente em todos os momentos da minha vida, sejam eles de alegrias ou de tristezas.

À minha sogra Maria de Nazaré, que muito contribuiu comigo nesta caminhada.

Ao meu esposo Mário Wandré, pelo apoio, incentivo e companheirismo.

Aos meus filhos, amores de minha vida e razões para que eu esteja em constante “aperfeiçoamento”, buscando ser uma pessoa melhor a cada dia. Maria Tereza, por ser a razão pela qual eu optei por este curso, e Mário Benjamin, que nasceu em meio a este percurso acadêmico trazendo vários desafios e muitas alegrias. Esta conquista é por vocês!

Às minhas queridas “Dinamites”, Alessandra Lima, Ana Beatriz Nascimento, Camila Machado, Tatiane Rodrigues e em especial à Maria Cristina (in memoriam), as quais foram e são muito importantes neste percurso, em que sempre me motivaram e me deram forças para continuar esta árdua caminhada para que assim chegássemos ao fim deste ciclo.

À minha orientadora, Larissa Aviz, que foi fundamental para este trabalho, e que mesmo com as minhas falhas e minhas dificuldades, acreditou em mim, sempre me incentivando e motivando a continuar.

Enfim, a realização deste trabalho não poderia ter sido possível sem a colaboração destas e de outras pessoas que, ao longo do curso, contribuíram direta ou indiretamente para a sua concretização, dividindo comigo as angústias e os prazeres vividos durante esta trajetória. À todos, muito obrigada!

“Mesmo que não percebamos, nossa práxis, como educadores, é para a libertação dos seres humanos, sua humanização ou para a domesticação, sua dominação”.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo trata-se de um trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Baixo Tocantins, o qual tem como problema de pesquisa saber qual a influência da metodologia de ensino personalizada desenvolvida no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, no Município de Abaetetuba/PA para a formação dos educandos? bem como, discorrer sobre a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos; refletindo, assim, sobre as especificidades desta modalidade de ensino. Sendo esta uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho qualitativo, em que realizei análise do Projeto Político Pedagógico da instituição, partindo de concepções tais como de ARROYO (2017), FREIRE (2014), entre outros autores, além de apostilas, artigos científicos e monografias as quais auxiliaram na apropriação, compreensão e aprofundando de conhecimentos e conceitos teóricos referentes à temática abordada. Assim, por tanto, a metodologia personalizada desenvolvida pelo CEEJA é pautada por três pilares: presença flexível do aluno, atendimento individualizado e eliminação por disciplina, cujo objetivo é de facilitar o processo de “aprendizado” e se adequar ao ritmo do educando, dispondo de diversos métodos para acelerar esse processo ansiando a certificação do mesmo num curto período. Deste modo, conclui-se que esse processo viabiliza apenas a certificação, não proporcionando ao educando uma relação de trocas de saberes, experiências, e conhecimentos que os façam questionar e intervir em vários segmentos, âmbitos e aspectos da sociedade, uma educação emancipatória e humanizada.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Crítica. Metodologia de ensino personalizada.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	12
2.1 Breve histórico da EJA no Brasil.....	12
2.2 Contextualizando sobre a temática.....	21
3 O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	29
3.1 A metodologia de ensino personalizada.....	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
5 REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO A – Ficha de acompanhamento individual.....	47
ANEXO B – Módulos do livro didático do 6º ano.....	48
ANEXO C – Módulos do livro didático do 9º ano.....	49
ANEXO D – Projeto Político Pedagógico do CEEJA Profª Maria Oscarina Silva Pereira.....	50

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino estruturante para as relações no âmbito social, político, econômico e educacional, a qual tem finalidades e “funções” específicas, dependendo do direcionamento ao qual se dá este processo educacional. Visto que, educação pode contribuir para que as pessoas se acomodem ao mundo em que vivem ou se envolvam na transformação dele. Segundo Paulo Freire (1996), a educação ou será conservadora ou transformadora. Ao ser transformadora, estará contra os grupos que se beneficiam com a situação e a favor dos que são prejudicados por ela. Ao ser conservadora, estará a favor dos grupos beneficiados e contra os prejudicados. A educação domesticadora e a educação libertadora têm suas próprias metodologias.

Assim, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa realizada sobre o tema Educação de Jovens e Adultos – EJA, em que especificamente, tem como problema de pesquisa saber qual a influência da metodologia de ensino personalizada desenvolvida no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, no Município de Abaetetuba/PA para a formação dos educandos?

De tal modo, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos-EJA despertou-me inquietação a ponto de desenvolver este estudo, por ser uma modalidade de ensino diferenciada, em que primordialmente deve-se considerar as experiências de vida, de trabalho, a realidade cultural, escolar e da comunidade em que o educando está inserido.

Modalidade de ensino esta, que passei a ter um pequeno acesso, em termos de conhecimento teórico e prático, na disciplina “Prática de ensino da escola normal”, ministrada pelo Prof.^o Dr.^o Waldir Ferreira de Abreu, no período de 11 a 28 de outubro de 2017, em que fiz observações e intervenções em uma turma de 1^a e 2^a etapa da EJA, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr.^o Vicente Maués – Abaetetuba, e posteriormente em Estágio Supervisionado, ministrado pela Prof.^a Me. Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz, no período de 15 a 30 de outubro de 2018, onde tive o primeiro contato com meu objeto de pesquisa, em que realizei um breve estudo sobre a organização do trabalho pedagógico na EJA, mais especificamente sobre como desenvolvem a metodologia de ensino no Centro Estadual de Educação

de Jovens e Adultos – CEEJA Maria Oscarina Silva Pereira, no município de Abaetetuba/PA.

A partir disso, objetivamos discorrer sobre a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos; bem como, refletir sobre as especificidades desta modalidade de ensino, e assim, analisar como é desenvolvida a metodologia de ensino personalizada; explanando sobre suas influências para com a formação dos educandos. Visto que, estes educandos, por diversos fatores “evadem” do ambiente escolar e posteriormente retornam na modalidade de ensino EJA, carregados de saberes e experiências.

Desta forma, este estudo se faz relevante para a compreensão das práticas e metodologias de ensino que viabilizem o processo educacional, os quais não devem se limitar apenas em certificar os educandos, mas em promover dentro desse processo, uma educação crítica e reflexiva. Se justificando também pela importância de tratar sobre a Educação de Jovens e Adultos, os históricos, experiências e as identidades deste contexto educacional, e a metodologia de ensino personalizada desenvolvida nessa modalidade no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, no Município de Abaetetuba/PA.

Para o desenvolvimento deste estudo, a priori utilizamos de pesquisa bibliográfica, a qual “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (FONSECA, 2002, p. 32).

Para tal, realizamos leituras de livros tais como ARROYO (2017) sobre a relação trabalho x educação, dos sujeitos e suas identidades, seus direitos ao saber e a saberem-se dentro desse processo social, político e educacional, da resistência e das lutas por direitos a uma vida mais justa, mais humana, e FREIRE (2014) sobre educação emancipadora e a relevância de desenvolver uma reflexão pedagógica e uma prática educativa as quais primordialmente se fundamentem e aspirem por um mundo menos autoritário, mais democrático e mais humano; além de apostilas, artigos científicos e monografias as quais auxiliaram na apropriação, compreensão e aprofundando de conhecimentos e conceitos teóricos referentes à temática abordada, à posteriori de análise documental, a qual “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico” (FONSECA, 2002, p. 32), onde desenvolvo análises de documentos escolares tais como: Projeto Político

Pedagógico – PPP da instituição, planejamento educacional, calendário escolar e livro de registros.

Sendo esta pesquisa de cunho qualitativo por trabalhar com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e, sobretudo, por se tratar do processo educacional de sujeitos subjetivos, os quais deve-se considerar suas especificidades, as quais envolvem em seus históricos aspectos sociais, econômicos, políticos, onde a partir disto, analisar a metodologia de ensino personalizada, desenvolvida no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, que está localizado na Rua Jairlândia, 754, Algodual. CEP: 68440-000. Abaetetuba – Pará.

Estruturalmente, o texto encontra-se dividido em seções. Na primeira seção abordaremos brevemente dentro de um recorte temporal, o histórico da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil, bem como seus contextos e aspectos legais que a orientam. Na subseção, nos propomos a desenvolver sobre a EJA, mais especificamente sobre o processo metodológico educacional que deve ser direcionado a essa modalidade, bem como seus sujeitos e o contexto social e educacional em que esta educação é desenvolvida.

Na segunda seção elucidaremos sobre o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, no Município de Abaetetuba/PA, bem como, explanaremos de forma reflexiva sobre o desenvolvimento da metodologia de ensino personalizada e suas influências para a formação dos educandos desta modalidade de ensino.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nesta seção abordaremos brevemente sobre algumas questões históricas referentes à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como, refletir, e buscar compreender a respeito do que se pensou e se traçou como Educação de Jovens e Adultos no Brasil historicamente, e, especialmente, como essas discussões marcam fortemente a concepção de EJA, seu desenvolvimento e os seus desafios.

Propondo-nos assim, a elucidar sobre o processo metodológico educacional que deve ser direcionado a essa modalidade, bem como seus sujeitos e o contexto social e educacional em que esta educação é desenvolvida. Compreendendo que o processo educacional nesta modalidade de ensino carece partir de políticas e práticas educacionais as quais sejam construídas em diálogo com as vivências, as trocas de experiências, os relatos e os saberes presentes no fazer e no refazer de vidas cotidianas destes trabalhadores que estudam e que desejam desenvolver e expandir o direito ao conhecimento como parte do percurso para alcançar outros direitos.

2.1 Breve histórico da EJA no Brasil

Discorrer sobre educação requer, muitas vezes, a aquisição de múltiplos olhares voltados acerca da realidade, e da conjuntura em que esta educação foi fundamentada. Assim, neste tópico explanaremos brevemente sobre como se deu a trajetória histórica da educação no Brasil, no que diz respeito à educação direcionada aos jovens e adultos.

Segundo Raiol e Macêdo (2008) no período colonial, a educação no Brasil passou por três fases: a de predomínio dos jesuítas, quando os religiosos exerciam uma ação educativa missionária com adultos; a das reformas do Marquês de Pombal, com a expulsão dos jesuítas, em que as escolas desta época eram organizadas para atender os interesses do Estado; e a do período em que Dom João VI trouxe a corte para o Brasil, onde a educação perdeu seu “foco”, o qual já não era amplo.

A política de colonização deu margens suficientes para que uma grande parte da população pobre fosse excluída da escola, seja, por questões sociais, regionais ou mesmo pelo fato da existência de prioridades educacionais que se efetivam na prática por meio da designação da divisão de classes sociais (RAIOL; MACÊDO, 2008, p.14).

Assim, de acordo com as autoras, pouco ou quase nada foi realizado oficialmente nesses períodos, pois, tanto no período colonial como também no período imperial as classes pobres não tinham acesso à “instrução” escolar, sendo assim não se havia a “necessidade” de uma alfabetização para jovens e adultos, principalmente devido à concepção de cidadania que se tinham, a qual era considerada apenas como direito das elites econômicas.

Após a proclamação da Independência do Brasil, a partir de uma forte influência europeia, foi outorgada a Constituição Brasileira, de 1824, a qual em seu artigo 179 formalizou a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Porém, mesmo sendo gratuita, não favorecia a classe mais pobre, pois estes não tinham acesso à escola. Contudo, esta definição se tornou presente nas sucessivas constituições brasileiras.

De acordo com Vilhena (2004) em 1870, através de algumas iniciativas particulares e também pela administração Provincial, foram criadas para o ensino de adultos as aulas noturnas em todas as províncias do império. Sendo, para os presidentes das províncias, diferentes ideais a respeito da criação de tais escolas, onde para uns as aulas noturnas deveriam servir para que o homem compreendesse melhor os seus direitos e deveres para que se amenizassem os costumes, e para outros deveriam servir como organismo de instrução ligado ao ensino profissional, e no geral o ensino tinha baixa qualidade e curta duração.

Assim, segundo Vilhena (2004) as escolas noturnas que surgiram neste período fluíram por pouco tempo, pois os estabelecimentos de tais escolas não correspondiam à ampliação das oportunidades educativas para adultos, mas sim a difusão de ideais acerca das necessidades destas. Contudo, em 1878 com o estímulo da reforma eleitoral (Lei Saraiva) ocorre o ressurgimento das escolas noturnas, decretada pelo Ministro e secretário dos negócios do império Carlos Leôncio de Carvalho, no Município da Corte, n 7.031 A, de 06 de setembro, o qual criou nas escolas públicas primárias do sexo masculino, cursos no turno da noite para adultos analfabetos.

Estes cursos funcionavam à noite, com duas horas de aulas no verão, de outubro a março, e três no inverno de abril a setembro (Art.3); abertos a clientela masculina adulta – maiores de catorze anos – livres ou libertos (Art.50); com normas disciplinares explícitas (Art.13 a 14); com esquema rigoroso de punições e recompensas; onde se deveria lecionar as mesmas matérias das escolas públicas

diurnas (Art.1), os professores seriam os mesmos catedráticos do curso diurno e na impossibilidade destes, os professores adjuntos efetivos eram designados pelo inspetor geral (Art.2); os professores negligentes tinham também penas – as mesmas do Art.115 da Reforma Couto Ferraz – (Art.43), e recebiam gratificações por estas aulas noturnas, numa relação direta com o número de alunos que frequentavam as aulas. (VILHENA, 2004, p.14).

E é a partir de 1930, segundo a autora supracitada, quando inicia o processo de consolidação de um sistema público de educação elementar no país, em que a educação básica para adultos começaria a delinear o seu lugar na história da educação no Brasil, em que a oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, abrangendo cada vez mais todos os âmbitos sociais, sendo o crescimento da educação elementar estimulado pelo governo federal, o qual projetava diretrizes educacionais para todo o país.

Porém, segundo Raiol e Macêdo (2008) com o regime de Getúlio Vargas, o Estado retira sua responsabilidade com a educação pública, o qual em relação ao ensino passa a desempenhar um papel subsidiário e não central, visto que, para o governo uma educação sem senso crítico e acessível para poucos faz com que a sociedade seja mais suscetível a aceitar tudo o que lhe é imposto. Assim, o governo buscava apenas capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias, favorecendo o ensino profissionalizante.

Em 1945, segundo as autoras, o país vivia a turbulência política de redemocratização com o término da ditadura de Vargas, e no mesmo período a ONU- Organização das Nações Unidas- alertava para a urgência em integrar os povos visando a paz e a democracia, servindo para que a educação de adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a educação elementar comum.

Sendo em 1947, segundo Vilhena (2004) com a idealização de Lourenço Filho, realizada a primeira campanha de educação de adolescentes e adultos (CEAA), a qual surgiu através da portaria do Ministério da Educação para melhorar a situação do Brasil perante as estatísticas mundiais do analfabetismo.

Atuando diretamente sobre a população adulta e, indiretamente sobre a população infantil, dessa forma a campanha estaria contribuindo para a realização do ideal de educação para todos. Segundo Lourenço Filho, o esforço da campanha visava: a recuperação de grandes massas da população que vivia à margem da vida nacional e que o analfabeto antes de tudo precisava ser educado para que o marginalismo desaparecesse e o país pudesse

ser mais homogêneo, mais coeso e mais solidário. A campanha era orientada a partir das ideias de funcionamento da democracia liberal e de ampliação das bases eleitorais do país, pois seria o instrumento para que a população, através do voto, participasse da vida política do país dentro dos princípios da democracia liberal. Embora a campanha tenha colaborado para a queda das taxas de analfabetismo, ela possibilitou um aumento significativo no número de eleitores. (VILHENA, 2004, p.16).

Em 1950, de acordo com a autora supracitada, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) sofre várias críticas, as quais se designavam tanto para seus déficits administrativos quanto para as suas orientações pedagógicas, entretanto, esta campanha teve grande importância como fornecedora de infraestrutura aos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos.

E a partir disto, em 1960, segundo Vilhena (2004) é que o pensamento e as propostas de Paulo Freire para a alfabetização de adultos começam a se delinear. Precedendo da utilização de cartilhas é que Freire desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos, que ficaram conhecidos como método Paulo Freire, o qual ele não considerava como método de ensino, mas sim um método de aprendizagem, em que se partia da conjectura de que toda pessoa, alfabetizada ou não, traz conhecimentos oriundos das diferentes relações advindas por ela durante a sua vida, partindo assim, da realidade e das vivências dos educandos, este processo tinha como objetivo o desenvolvimento de uma educação democrática e libertadora, onde o indivíduo/educando seja autônomo para dizer o seu próprio discurso ao invés de ser a sombra do outro, denunciando assim problemas sociais, reivindicando direitos e promover/contribuir melhorias para sua comunidade.

O paradigma pedagógico que se constituiu nessas práticas baseava-se num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Antes apontado como uma causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. A alfabetização e a educação de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e dessas possibilidades de superá-los. Além da dimensão social e política, os ideais pedagógicos que se difundiam tinham um forte componente ético, implicando um profundo comprometimento do educador com os educandos. Os analfabetos deveriam ser reconhecidos como homens e mulheres produtivos, que possuíam uma cultura. (VILHENA, 2004, p.19).

E em 1964, de acordo com a autora, orientado pelas propostas de Paulo Freire, e criado a partir do Decreto n 53.465, de 21 de janeiro do mesmo ano, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, o qual pretendia instalar círculos de cultura a fim de alfabetizar o maior número de adultos com faixa etária de 15 a 45 anos. Esses círculos de cultura seriam implantados em quatro sucessivas etapas, em todas as unidades da federação, sendo cada etapa com a duração de três meses.

Porém, a concepção Freiriana de educação, em especial de jovens e adultos trabalhadores foi rechaçada por setores conservadores da nossa sociedade, os quais a consideravam subversiva, e assim, com o golpe militar que ocorreu no mesmo ano, houve um rompimento deste trabalho de alfabetização que estava sendo realizado, exatamente pela sua ação de conscientização crítica.

Com isto, segundo Vilhena (2004), o governo passou a permitir a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, e em 15 de dezembro de 1967 o próprio governo assume o controle desta atividade lançando o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, o qual consistia em uma pedagogia contrária à emancipadora, idealizada por Freire.

O MOBREAL de acordo com PAIVA (1987, p.36),

Deveria visar a valorização do homem (pela aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo e pelo aperfeiçoamento dos processos de vida e trabalho) e a integração social deste homem, através do ajustamento a família, a comunidade local e a pátria.

Assim, segundo a autora, o MOBREAL objetivava atuar em termo de alfabetização funcional, onde o governo tinha único e estritamente interesse de alfabetizar apenas para leitura e escrita, sem despertar a consciência crítica e problematizadora, pois estas seriam prejudiciais às propostas do governo militar.

Em 1971, com a instituição do ensino supletivo pelo MEC a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 5.692/71), a escolaridade se ampliou para a totalidade do ensino de primeiro grau e foram então redefinidas as funções desse ensino. Em 1974, segundo Vilhena (2004), o MEC propôs a implantação dos Centros de Ensino Supletivo (CES), com a finalidade de atender todos os alunos, inclusive os egressos do Mobral, que desejassem completar os estudos fora da idade regulamentada para as séries iniciais do ensino de primeiro grau. Porém,

devido à situação política da época, tais centros tinham apenas influências tecnicista quanto à formação desses alunos.

Em 1985 o Mobral é extinto, sendo substituído pela Fundação Educar, a qual segundo Lima (2006) deixa de executar diretamente os programas, e passa a dar apoio técnico e financeiro para as iniciativas de alfabetização de governos, empresas conveniadas a ela e entidades civis.

Os anos imediatamente posteriores à retomada dos civis em 1985 representaram um período de democratização das relações sociais e das instituições políticas brasileiras ao que correspondem a um alargamento do campo dos direitos sociais. Com a constituição, promulgada em 1988, o dever do Estado com a educação de jovens e adultos é ampliado ao se determinar a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, além dessa garantia constitucional as disposições transitórias da Carta Magna estabeleceram um prazo de dez anos durante os quais os governos e a sociedade civil deveria concentrar esforços para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. (LIMA, 2006, p. 20).

Assim, de acordo o autor, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado amplia o seu dever com a Educação de Jovens e Adultos, a qual estabelece que, (art. 205): “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. E no artigo 208, estabelece-se o dever do Estado na garantia do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, “sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

E partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9.394/96, estabeleceu-se a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com os educandos da modalidade de ensino EJA, a qual se passou a utilizar a terminologia Educação de Jovens e Adultos- EJA, e instituída como uma modalidade de ensino voltada a atender alunos de 15 anos ou mais que por algum motivo não estudaram ou não completaram em tempo regular o ensino fundamental e médio, tal terminologia passou a ser utilizada para não mais caracterizar esta modalidade de ensino como sendo compensatória ou complementar, substituindo o termo anterior, Ensino Supletivo.

No ano seguinte, em 1997, de acordo com Vilhena (2004), foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, propondo

novas perspectivas metodológica para a educação brasileira. Do ponto de vista do financiamento, entrou em vigor, em 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que criava uma nova sistemática de distribuição de recursos para o ensino fundamental. Com isso, segundo a autora, a gestão de Fernando Henrique Cardoso privilegiou o ensino fundamental na perspectiva de universalizar o acesso às séries iniciais e melhorar a qualidade do ensino. No que se refere à EJA, entretanto, poucos investimentos foram realizados.

Assim, em 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB n.º 11/2000, bem como a resolução CNE/CEB Nº 1, de 05 de Julho do mesmo ano, definem a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, estabelecendo assim suas Diretrizes Curriculares no âmbito Nacional.

Em 2001, segundo Menezes e Santos (2001), o MEC concebe e implanta o Programa Recomeço- “Supletivo de Qualidade”, o qual financiava de acordo com as matrículas na modalidade, visando “contribuir” para o enfrentamento do analfabetismo e da baixa escolaridade em regiões do país que concentravam um maior índice de pobreza. De acordo com os autores, o programa Recomeço, a partir de 2003, passou a ser nomeado Programa Fazendo Escola, que manteve a descentralização de recursos relacionada às matrículas na EJA, o qual posteriormente também foi extinto.

Em 2002, segundo Catelli et al., (2013) surgiu a Proposta Curricular para o Segundo Segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, concebendo a EJA como uma necessidade de aprendizagem e qualificação permanente, e não suplementar.

Assim, no mesmo ano, segundo os autores, o Ministério da Educação cria o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, como instrumento de avaliação de pessoas que não estavam frequentando regularmente as escolas e que aspiravam obter o certificado do ensino Fundamental ou Médio, no qual, instituições de ensino públicas ou privadas oferecem atendimento especializado e específico como preparação para o exame.

Depois da edição piloto em 2002, o exame foi suspenso e ficou dois anos sem ser aplicado no Brasil. Em 2004, o Encceja foi aplicado no Japão, mas não no Brasil. Entre 2002 e 2009, o exame foi aplicado no exterior com a participação da Secretaria de Educação do Paraná,

que ficou responsável pela aplicação das provas e também pela certificação dos aprovados. Vale lembrar que o Ministério da Educação desde 1999 já realizava experiências de aplicação de exames no exterior em parceria com a Secretaria de Educação do Paraná. Em 2009, a prova não aconteceu no Brasil (ainda que tenham sido realizadas as inscrições dos participantes); a edição de 2010 ocorreu só no início de 2011; e, em 2012, não houve aplicação, que só foi retomada em 2013 (CATELLI; GISI; SERRÃO, 2013, s/p).

Dessa forma, segundo os autores supracitados, o ENCCEJA foi criado no contexto do grande desenvolvimento das "avaliações externas em larga escala", devendo servir também como instrumento de avaliação das políticas públicas para a EJA com vistas a melhorar sua qualidade no Brasil. E apesar da instabilidade de sua realização, em um conjunto visivelmente contraditório, o exame adquiriu uma importância crescente ao longo dos anos, com grande acréscimo do número de inscritos e de adesões por parte das secretarias de educação.

Em janeiro de 2003, o MEC anuncia como prioridade do governo Federal a alfabetização de jovens e adultos, lançando o programa Brasil Alfabetizado¹, o qual o governo apoia técnica e financeiramente as iniciativas, propostas e projetos dos estados, municípios e distrito federal para o desenvolvimento da EJA, a verba de custeio é destinada à formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas, aquisição de material escolar, aquisição de material de apoio para os alfabetizadores, visto que este é um programa de fluxo contínuo, organizado por ciclos e com duração de oito meses, alimentação escolar e transporte do alfabetizando. Além disso, o programa prevê o pagamento de bolsas aos alfabetizadores e aos alfabetizandos, durante o curso, cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento educacional das pessoas jovens, adultas e idosos ao longo de suas vidas.

Em 2005, a partir do Decreto Nº 5.478, foi criado o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA o qual posteriormente foi alterado, pelo Decreto Nº 5.840/2006 de 13 de julho de 2006, sendo ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mantendo-se a sigla PROEJA.

¹ <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>

Para Moura e Henrique (2012), o Programa nasceu com uma dupla finalidade, enfrentar as descontinuidades e o voluntarismo que marcaram a EJA no Brasil; e integrar a Educação Básica (EB) a uma formação profissional que contribuísse para a integração socioeconômica de qualidade dos jovens e adultos na sociedade. Nessa dupla finalidade, está enraizado o desafio principal do Programa: integrar três campos da educação que historicamente não estão muito próximos: o ensino médio, a formação profissional e a educação de jovens e adultos.

A atual versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada pelo Ministério da Educação no dia 16 de abril de 2017, de acordo com os autores, vem com a finalidade de organizar a base comum do currículo por etapas de ensino, no que tange nesse sentido, a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, sendo este preparado de forma abrangente e não por modalidades de ensino. Assim, a base curricular comum não elimina, por enquanto, as discussões sobre as modalidades de ensino e as suas especificidades, as quais permanecem sendo orientadas, pautadas e organizadas pelas Diretrizes (DCNEB).

Porém, pôr a BNCC não tratar a EJA de forma específica, considerando a realidade dos educandos que perpassam por ela, constata-se assim, uma grande barreira no que tange às garantias dos direitos destes jovens e adultos a uma educação que respeite, como já dito, as suas particularidades, visto que, o currículo deve dialogar com os diversos âmbitos que permeiam a sociedade e que por sua vez refletem no cotidiano da escola.

Assim, o Programa Brasil Alfabetizado, bem como, o ENCCEJA e outros programas e projetos de fomento à EJA ainda são desenvolvidos até atualmente, porém com olhares e direcionamentos diferentes, visto as mudanças governamentais, as quais prezam pelos seus interesses políticos ideológicos, o que influencia diretamente em todos os âmbitos sociais.

Nesse sentido, ressaltar esse processo, através de seus documentos, mesmo que brevemente, revela-se como um ambiente para reflexão, análise e para a compreensão do que se pensou e se forjou como Educação de Jovens e Adultos no Brasil historicamente, e, especialmente, como essas discussões marcam fortemente a concepção de EJA, seu desenvolvimento e os seus desafios.

2.2 Contextualizando sobre a temática

A Educação de Jovens e Adultos-EJA é uma modalidade de ensino voltada a “atender” pessoas jovens, adultas e idosas que não concluíram a educação básica, com faixa etária em período regular, a qual está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) capítulo II, seção V, especificado no artigo 37, onde se estatui que,

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 1996, p. 29).

Por mais que a lei, supracitada, assegure constitucionalmente os direitos de Jovens e Adultos quanto à educação, esta não ocorre na prática, por haver profundas desigualdades regionais, de renda, de acesso a bens culturais, entre outras muitas desigualdades advindas do sistema capitalista e, conseqüentemente, com a política educacional que foi traçada a partir dessa configuração.

De tal modo, aqui, propomos a elucidar sobre a Educação de Jovens e Adultos, mais especificamente sobre o processo metodológico educacional que deve ser direcionado a essa modalidade, bem como seus sujeitos e o contexto social e educacional em que esta educação é desenvolvida. Visto que, por mais que sejam numerosos os programas e variadas as formas de “atendimento”, muitas das quais com características inovadoras, a Educação de Jovens e Adultos é ainda muito restrita, no que diz respeito as tais especificidades.

Uma vez que, os sujeitos da EJA são (em sua maioria) aqueles que moram em áreas ribeirinhas, quilombos, campo, periferias, pertencentes às famílias de baixa renda e que têm a necessidade de trabalhar desde cedo para manter-se ou contribuir para a renda familiar, o que dificulta, quando não impede, seu acesso, permanência e aprendizagem na escola.

De tal modo, Almeida (2016) diz que a representação descritiva e moral do trabalho, bem como o reforço de uma educação que conduza para a inserção produtiva dos sujeitos, é parte constitutiva dos discursos educacionais os quais,

sorratoriamente, passam a ser incorporados como “experiências positivas”, onde a partir disto, questiona-se sobre uma educação voltada para os trabalhadores, a qual se refere apenas a uma ideologia, que mesmo que inconscientemente, visa à exploração da mão de obra, cujas atividades estão restritas a discussões rasas sobre os direitos trabalhistas, sem que haja uma reflexão adequada acerca de identidade, papel social e político desses jovens e adultos na sociedade.

Visto a distribuição desigual de oportunidades educacionais, que continua a ser uma questão decorrida das assimetrias de poder e socioeconômicas advindas desse processo político desigual e excludente, o qual é marcado de conjunturas historicamente “construídas” de exclusão e marginalização de grupos sociais (minorias), os quais foram e são determinantes nos aspectos sociais e econômicos na nossa sociedade, atualmente mais pela negligência do que pela garantia de direitos, como também, no processo de aprendizagem dos educandos e conseqüentemente nas suas relações sociais como um todo. Visto que,

Relações estreitas, não superadas entre opressão e educação, entre estruturas sociais e escolares, entre a negação dos direitos humanos mais básicos e a possibilidade do direito à educação. Estamos em tempos de esquecer essas relações ou de reconhecê-las, de aprofundá-las nos cursos de formação? Quando essas relações são esquecidas, abrem-se as portas para a volta ou a reafirmação de velhas e conservadoras promessas de superar o passado e anunciar o futuro pelo acesso à escola, pela definição de uma Base Nacional Comum, pela elevação do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), se todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos forem alfabetizados na idade certa ou incerta, na EJA. A utopia social pela escolarização está de volta, porque as utopias de mudança social se estreitam para os trabalhadores. (ARROYO, 2017, p. 30).

Fazendo-se necessário apontar que, em função da ideologia e da alienação do trabalho, este processo não é espontâneo, nem tão pouco natural. Considerando que, a concepção de classe é construída por homens e mulheres com suas experiências de luta e não de forma experimental. Assim, segundo Almeida (2016) a classe pode ser compreendida por meio do tempo que implica ação e reação, mudança e conflito. Sendo assim, relevante observar padrões nas relações, ideias, tradições, valores e instituições. Entendendo-se que o ser do indivíduo/sujeito/educando acontece em seu processo de vida real, envolvido em inúmeras determinações históricas; e desse modo, as relações só poderão ser compreendidas em seu contexto.

Segundo Arroyo (2017) a relevância desses percursos que são marcadamente sociais para a construção de propostas curriculares a serem trabalhadas com e por esses sujeitos, descentraliza-se da mera certificação por estes não serem apenas percursos escolares, mas humanos, em que temos/devemos ter por objetivos formar educadores e sermos educadores que educam e contribuem com a formação humana de jovens e adultos vitimados pela segregação de todos os tipos, trabalhando para resgatar, desenvolver ou fortalecer a autoestima pessoal e coletiva de resistências positivas, dignas, justas e humanas. Visto que,

A identidade da educação de pessoas jovens e adultas vem dessa coexistência, encontro, confluência dessas identidades coletivas. Teimar em ver esse tempo escolar como suplência-reparação dos percursos escolares truncados teve em nossa história – e continua tendo, até nas Diretrizes Curriculares – uma função política perversa: ocultar a EJA como espaço social e político de coletivos de classe, raça, etnia, periferia, campo. Ocultar as classes fez e faz parte da luta de classes em que as políticas públicas e até as Diretrizes Curriculares enredam-se. Se algum traço esteve persistente no nosso sistema escolar – da educação da infância à universidade – foi o de ter reproduzido as hierarquias de classe, gênero, raça, etnia, as hierarquias de homens-mulheres, negros-brancos, pobres-ricos, capital-trabalho. A EJA foi e é um dos níveis-espacos escolares onde as hierarquias foram e são mais nítidas. Os personagens do fim do dia ou do início da noite que esperam nas filas de ônibus, indo ou voltando do trabalho, deixam expostas essas hierarquias tão marcantes de nosso sistema escolar e da perfeição com que este reproduz as hierarquias sociais, raciais, sexuais, espaciais. Que centralidade deverá ter o aprofundar e o entender dessas hierarquias nos currículos de formação dos educadores e dos educandos? Quem tem direito a entender essas hierarquias de classe, raça, espaço são aqueles que mais as padecem. (ARROYO, 2017, p. 24-25).

Desta forma, ao propor uma metodologia de ensino, tanto o educador quanto a comunidade escolar como um todo, precisam estar atentos a este contexto social, cultural, político, e econômico e, as especificidades educacionais dos alunos de modo que esta favoreça a aprendizagem.

Freire (1996) salienta para a necessidade de os educadores propiciarem possibilidades exequíveis para que a construção de conhecimentos se torne uma realidade. Tais como,

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento,

reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional. (FREIRE, 1996, p. 14).

Assim, a metodologia de ensino constitui e organiza o que pode e precisa ser feito no/ para o desenvolvimento do processo educacional, assumindo, por conseguinte, uma dimensão orientadora quanto ao fazer pedagógico, bem como, esta significa o processo que viabiliza a difusão dos conteúdos entre o educador e o educando, manifestando então a sua dimensão prática, onde a formação docente e os princípios da educação libertadora, emancipadora são partes indissociáveis do todo/processo educativo.

Ressaltando que devemos compreender a educação de jovens e adultos – EJA como direito, não somente restrita à escolarização/certificação, mas como um ambiente de formação humana dessas pessoas, porém, tendo também assim, na “categoria” trabalho um ponto de partida para pensarmos a sua formação educacional como estratégia para enriquecimento dos demais âmbitos de conhecimento biológico, psicológico, social e cultural. Em que, se necessita, como já dito, de políticas e práticas educacionais as quais sejam construídas em diálogo com as vivências, as trocas de experiências, os relatos e os saberes presentes no fazer e no refazer de vidas cotidianas destes trabalhadores que estudam e que desejam desenvolver e expandir o direito ao conhecimento como parte do percurso para alcançar outros direitos.

Assim, para Arroyo (2017) o direito à educação traz uma potencialidade emancipadora do ponto de vista individual e igualitária do ponto de vista social, visto que a sua afirmação parte do pressuposto de que a escolarização é niveladora das desigualdades do ponto de partida. Porém, não se pode confundir a existência de escolas públicas com o direito à educação. O direito à educação pressupõe o papel ativo e responsável do Estado tanto na formulação de políticas públicas para a sua efetivação, quanto na obrigatoriedade de oferecer ensino com iguais possibilidades para todos.

Deste modo, considerando que a “cidadania” íntegra nasce a partir do reconhecimento que os sujeitos têm de seus direitos e deveres, esta só de fato acontecerá quando forem possuidores de condições de criticidade e reflexão sobre sua condição e o seu papel na sociedade.

Partindo assim, segundo Barreto (2016), da concepção de que é próprio do ser humano o impulso de conhecer o mundo e transformar a realidade. Todas as pessoas têm, em qualquer idade, capacidade, necessidade e direito de ampliar seus conhecimentos e partilhar do acervo cultural, científico, tecnológico e artístico construído pela humanidade. A necessidade que temos de rever e organizar os fundamentos de nossa cultura exacerbar-se em um mundo que está em permanente transformação. Visto que, a acentuação das desigualdades sociais reflete-se nas condições de acesso à escola e conseqüentemente no processo educacional como um todo.

Assim, em uma sociedade onde convivem segmentos da população com interesses opostos e contraditórios, é impossível a existência de uma única educação que sirva, da mesma maneira, a todos estes grupos sociais. Ela estará sempre a favor de alguém e, por conseqüência, contra alguém. Na qual não é possível um tipo de educação que seja a favor de todos. Visto que, primeiramente a classe modela-se pelo modo como os indivíduos vivem suas relações de produção, ao que está determinado, e segundo a partir da experiência das situações em que se encontram no interior do conjunto de relações sociais, juntamente com a cultura e as expectativas que lhes são transmitidas e com base na maneira pela qual se valeram dessas expectativas em nível cultural. Portanto,

Educar para o desenvolvimento não é tanto transmitir conteúdos particulares de conhecimento, reduzir o ensino a determinadas matérias, nem restringir o saber exclusivamente a assuntos de natureza técnica; é muito mais do que isto, despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país que precisa de seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade (BARRETO, 1998, p. 84).

De tal modo, o conhecimento da luta dos movimentos sociais pode auxiliar na compreensão da tensão histórica entre direitos individuais e direitos coletivos, que por sua vez concorre para a superação do olhar individualizado, por serem eles sujeitos de direitos nos limites da sobrevivência. Visto o atual momento de nossa história política, social e econômica, em que tantos retrocessos se precipitam contra direitos conquistados e outros perseguidos, na perspectiva das resistências pelo

direito a uma vida justa, cimentada na esperança golpeada, em tempos de democracia fustigada e de acirramento da negação dos direitos dos sujeitos da EJA.

Em que, vale ressaltar que, para Almeida (2016), as conquistas que os trabalhadores da classe proletária tiveram, tais como os direitos das mulheres a estudar, a trabalhar, o direito a educação pública gratuita e de qualidade, entre outras conquistas, mesmo estas ainda sofrendo com o descaso dos governantes, devem-se, de modo geral, aos empenhos dos movimentos sociais, das associações, dos grupos cujas pautas de lutas trazem, dentre outras coisas, a formulação de currículo visando uma educação emancipatória, crítica, autônoma, democrática, e acima de tudo, reflexiva, principalmente no que diz respeito à educação de jovens e adultos.

Deste modo, sistematicamente, a EJA deve ser tratada, assim como a educação como um todo, como uma modalidade importante nesse processo de democratização do direito à educação. Em que, é trivial salientar que a educação, para jovens e adultos, se dá, como já dito, a partir da relação que se estabelece com a realidade dos sujeitos, os quais buscam nela (a educação) melhores condições de trabalho e vida.

De acordo com Arroyo (2017), nas escolas, na EJA, outras identidades educadoras estão sendo reinventadas, e assim, somos obrigados a reinventar nossas identidades profissionais de docentes da educação, identidades educadoras, capazes de entender com que educandos convivemos e que educandos formamos, e entender, sobretudo, seus saberes, valores e identidades, feitos de resistências por emancipação. Visto que, a EJA é uma modalidade de educação para os diferentes, tanto em percursos sociais e humanos quanto educacionais. Sendo assim,

Garantir seu direito a serem sujeitos de direitos tão articulados como o direito à educação e o direito ao trabalho será uma das aprendizagens na experiência de escola e EJA, tempo de aprofundar, de maneira sistemática, a radicalidade de suas lutas pelo direito à educação atrelada a suas lutas pelos direitos do trabalho. Esses conhecimentos os ajudarão a entender-se na história das tensas lutas por direitos. Uma lição que aprendem em suas lutas e que a experiência de volta ao estudo deveria reforçar e aprofundar. Trazer esses conhecimentos para os currículos enriquecerá o currículo como espaço do conhecimento e enriquecerá a docência, os profissionais do conhecimento. Enriquecerá e fará justiça aos jovens-adultos trabalhadores, portadores do direito a serem sujeitos de lutas tão articuladas (...). O direito à educação, à escola, à

EJA se radicaliza e se repolitiza quanto mais articulado aos direitos do trabalho e à totalidade dos direitos humanos (...). Reconhecê-los como trabalhadores será reconhecer e incorporar na proposta pedagógica essa história de afirmação e reconhecimento como sujeitos de direitos, de saberes, de culturas, de identidades, de dignidade. (ARROYO, 2017, p. 48-49).

Assim, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, como já dito, não se restringe somente à escolarização, pois se trata de um processo pedagógico cuja relevância se dá pela indissociabilidade da práxis, a qual é composta de múltiplos processos formativos, como práticas e reflexões, onde se concentram vários aspectos de desenvolvimento de cunho social, político e cultural, tanto em ambientes não escolares quanto em ambientes escolares.

Ver jovens-adultos como trabalhadores exige não vê-los apenas como estudantes em percursos escolares truncados a serem supridos. Nem sequer vê-los como estudantes que trabalham. Ser trabalhador não é um acidente a mais na sua condição de estudante. Como ser pobre e lutar pela sobrevivência em trabalhos formais ou informais não é um acidente dos jovens-adultos estudantes na EJA. (ARROYO, 2009, p.16 apud ARROYO, 2017, p. 43-44).

Visto que, a organização do trabalho pedagógico e o planejamento da ação pedagógica possuem o importante papel de desenvolver e articular ações pedagógicas que viabilizem a qualidade no desempenho do processo de aprendizagem, desencadeada a partir de uma proposta pedagógica e da promoção de um currículo escolar, ambos coerentes com os princípios da escola dentro do seu contexto social, que seria o Projeto Político Pedagógico – PPP, o qual deve partir da concepção de que,

Somos os únicos seres que social e historicamente nos tornamos capazes de aprender, é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem prática educativa de ser política, de não poder ser neutra. (FREIRE, 1996, p. 69-70).

Assim, a necessidade de oferecer uma educação, considerando as especificidades dos educandos, e que se oportuniza o retorno à escola e a

conclusão do ensino básico, visto o quantitativo de educandos que “evadem” da escola por diversos motivos, além, da garantia do acesso e permanência do educando, aspirando à sua emancipação quanto indivíduo, não somente nesse processo educacional, são questões de justiça social.

Pois, para Freire (1996), o conhecimento deve ser um bem imprescindível para a produção da nossa existência, em que deve constituir-se numa ferramenta essencial para intervir no mundo. A escola constrói saber que é poder, não distribui o poder, seu papel consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica.

Contudo, sendo estas, razões para que repensemos as práticas desenvolvidas no ambiente escolar relacionando-as com os demais âmbitos sociais, pois não se dissociam, e a partir disso despertar nos educandos o reconhecer-se, tanto como sujeito histórico, de saberes, quanto de direitos para que permaneçamos na luta, para que estas ações ocorram de fato, que sejam práticas, e não se disponha apenas em discursos oficiais e documentações legais.

3 O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA é uma instituição de ensino diferenciada, não só por desenvolver especificamente a modalidade EJA, mas, por desenvolver metodologia personalizada, a qual é o objeto deste trabalho e que discorreremos no próximo tópico.

Para a contextualização e melhor compreensão desta abordagem, buscamos documentos e legislações que datassem sobre o surgimento destes Centros e as propostas utilizadas pelos mesmos. Porém, não encontramos documentos específicos com tais informações. Assim, compreendemos que os Centros se instituem a partir da Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, na resolução CNE/CEB n.º 11/00, bem como na resolução CNE/CEB Nº 01/00 e da Resolução CNE/CEB nº 03/10.

Essas resoluções definem a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, estabelecendo assim suas Diretrizes Curriculares no âmbito Nacional nos aspectos relativos à duração, a idade mínima para ingresso e para certificação nos exames dos cursos de EJA, além de tratarem sobre a Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Deste modo, na Resolução CNE/CEB nº 01/2000, podemos perceber, ao que se estabelece em seus artigos, direcionamentos e diretrizes referentes ao que as instituições devam seguir no que tange a organização desta modalidade de ensino, bem como os seus processos formativos, visto que,

Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.

Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional.

§ 1º Estas Diretrizes servem como referência opcional para as iniciativas autônomas que se desenvolvem sob a forma de processos formativos extraescolares na sociedade civil.

Assim, a resolução supracitada, em seu inciso primeiro se refere as questões que tangem ao como a instituição escolar/educacional organizará, de forma a garantir aos educandos, componentes curriculares desta base de forma, podendo esta se desenvolver de forma autônoma, considerando suas características, metodologias e organização para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino tornando-se assim, uma modalidade diferenciada em seus processos formativos extraescolares.

Compreendemos, deste modo, que cada instituição é única e que as formas de ensino a serem desenvolvidas desde as suas estruturações, respeitando as diretrizes e a identidade desta modalidade, como afirmada em seu artigo sexto que,

Art. 6º Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Podendo-se considerar que neste artigo, desta resolução, é que se estabelece que as instituições de ensino ao desenvolver esta modalidade de ensino, serão responsáveis em definir a estrutura curricular desta modalidade de ensino e o tempo de duração que cada curso e disciplinas deverão ter na EJA, porém essas estruturações devem respeitar sempre as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a identidade desta modalidade e o regime de colaboração definido pelas entidades federativas para seu funcionamento. Sendo importante frisar que essas instituições estruturarem seus sistemas partindo desses pressupostos:

Art. 9º Cabe aos sistemas de ensino regulamentar, além dos cursos, os procedimentos para a estrutura e a organização dos exames supletivos, em regime de colaboração e de acordo com suas competências.

Parágrafo único. As instituições ofertantes informarão aos interessados, antes de cada início de curso, os programas e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos didáticos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Art. 10. No caso de cursos semipresenciais e a distância, os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas,

conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração.

Portanto, a partir do que se estabelecem nestes documentos, as instituições de ensino têm a autonomia de desenvolver currículos com “atendimentos” e metodologias personalizados, os quais facilitem o processo de certificação de pessoas que não cursaram ou não concluíram as etapas da Educação Básica, correspondentes aos anos finais do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio e que já atuam no “mercado” de trabalho ou pretendem, articulando-se assim com a educação profissionalizante.

No estado do Pará, além de se instituírem a partir das bases legais supracitadas, os CEEJA's se fundamentam na resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010, a qual não especifica os Centros, mas dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino. Em que no capítulo VII dispõe que:

§ 1º O Sistema Estadual de Ensino do Pará assegurará gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do jovem e adultos na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, dentre outras:

- I. Oferta de cursos com opções de trajetória curricular;
- II. Oferta de exames;
- III. Convênios com empresas, órgãos e Instituições;
- IV. Formação docente para o atendimento dos estudantes;
- V. Garantia da gratuidade;
- VI. Oferta de condições materiais, equipamentos e recursos auxiliares de ensino;
- VII. Flexibilidade de horário;
- VIII. Condições de infraestrutura e garantia de espaço físico.

Neste capítulo, evidenciamos a responsabilidade que o Sistema Estadual do Pará assegura quanto a garantia, assim como a efetivação da conclusão dos estudos dos educandos que não estão em idade regular para o curso escolar matriculado, oferecendo alternativas educacionais que viabilizem esse processo de acordo com especificidades dos educandos.

Além de ofertar condições para essa permanência como a versatilidade nos horários, disponibilização de materiais didáticos, formação para os professores, propostas e atividades avaliativas, bem como as condições físicas e estruturais da instituição educacional. Portanto, percebemos que as instituições têm liberdade para

subsidiar alternativas que facilitem a permanência e conclusão dos educandos na modalidade EJA, visto suas especificidades.

Vale ressaltar que, quanto a organização dos cursos e sua estruturação bem como seu desenvolvimento, a resolução nº 01/10, em seus artigos, instituem que,

Art. 60. Os cursos poderão ser ofertados por Instituições públicas ou privadas, de forma presencial, semi-presencial ou a distância, observadas as determinações legais em vigor e os requisitos para autorização de funcionamento de acordo com as normas específicas baixadas por este Conselho Estadual de Educação.

Art. 61. Os cursos de ensinos fundamental e médio, na modalidade Jovens e Adultos, poderão ser organizados e estruturados com exames no processo, em qualquer das formas admitidas no art. 6º da presente Resolução.

§ 1º Será permitida a organização de experiências pedagógicas, com metodologias e duração diferenciadas, desde que aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 2º Os modelos estruturais de cursos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, excetuando o uso da metodologia de Ensino Personalizado, deverão obedecer aos requisitos mínimos estabelecidos na presente Resolução.

Assim, com base nestas disposições legais, quatro Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos no Pará desenvolvem modelos de cursos diferenciados, sendo estes, nos Municípios de Abaetetuba, Marabá, Santarém e Xinguará², os quais funcionam como unidades certificadoras do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, em municípios circunvizinhos. Em que não nos remetemos a designar afirmações quanto aos surgimentos de tais instituições/Centros, visto que cada instituição tem históricos e contextos diferenciados.

No caso do município de Abaetetuba, segundo o PPP da Instituição (2018), em 1984, foi implantado no município a Unidade de Ensino Supletivo (UES), a nível Fundamental, a qual a princípio teve funcionamento em um prédio cedido e em 1987, a partir da doação de uma área de terra da prefeitura à 3ª Unidade Regional de Educação/SEDUC, a instituição passou a ter um prédio fixo para funcionamento, localizado na Rua Jairlândia, 754, bairro de Algodal.

Assim, em 1989, sob a portaria n 507/89-GS, foi inaugurada a Escola Estadual Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, a qual recebeu este nome em homenagem à primeira professora na modalidade Educação de Jovens e Adultos deste Município.

² <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=8570>

A princípio, o prédio possuía uma sala de aula, secretaria, uma pequena cozinha, um banheiro feminino e um masculino para os alunos, e um banheiro para os servidores. E em consequência do aumento da demanda de alunos, por volta de 1996, a comunidade escolar foi contemplada com mais uma sala de aula, construída com recursos do Governo Estadual. Esta estrutura física permaneceu até 2010, ano em que a escola passou por várias mudanças tanto na sua estrutura física, com a adaptação da sala para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, e a construção de mais uma sala de aula, quanto em sua estrutura metodológica, com a implantação do Ensino Médio Personalizado no NAES e o Ensino Médio EJA na Escola Maria Oscarina. No mesmo período, a escola recebeu da Prefeitura Municipal de Abaetetuba um lote de terra os fundos do terreno do atual prédio da instituição, aumentando assim a sua área territorial. (PPP da Instituição, 2018, p. 8).

E assim, com o considerável aumento no número de alunos matriculados na instituição, segundo PPP da instituição (2018), houve a necessidade de se realizar reforma e ampliação do seu prédio, as quais foram subsidiadas por recursos advindos do Governo Estadual em 2013. E a partir dessa reforma, a escola passou a possuir em sua estrutura, sala de direção, secretaria, sala de professores com banheiro exclusivo, sala de AEE, laboratório de informática, cozinha, depósito de merenda, banheiros masculino e feminino para os alunos, um banheiro adaptado para alunos com deficiência física, cinco salas de aula, biblioteca, refeitório coberto e uma área livre que acompanhava toda a área construída da escola.

Atualmente, a instituição encontra-se em processo de reforma em sua estrutura física, devido ao grande número de matrículas realizadas referentes ao atual modelo educacional desenvolvido na instituição, além de outros fatores que comprometem todo o seu desenvolvimento e organização. Reforma esta, que está sendo subsidiada por recursos próprios, oriundos de eventos beneficentes.

Inicialmente, segundo o PPP da Instituição (2018), o Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES ofertava a seus alunos a educação de jovens e adultos apenas a nível fundamental, ocorrendo também na Escola/NAES, a Nível Médio e Fundamental, o Exame de Suplência em Educação Geral promovido pela SEDUC/PA e coordenado pelo Conselho de Educação de Jovens e Adultos – CEJA.

O Exame consistia em uma avaliação onde os sujeitos a partir de uma inscrição, com período pré-estabelecido para todo o Estado do Pará, tinham a “oportunidade” de concluir seus estudos. Além deste, havia também a metodologia “Exame Especial”, que por sua vez, era destinado aos alunos matriculados na rede regular de ensino, porém, retidos em até três disciplinas da 8ª série e/ou na 4ª etapa

do ensino fundamental e na 3ª série e/ou 1ª etapa do Nível Médio, também para fins de conclusão de curso.

Assim, os inscritos para a conclusão de curso no Nível Médio, neste modelo educacional, segundo o PPP da Instituição (2018), recebiam aulas, preparatórias, regulares, através do programa Telecurso 2000, um modelo de educação à distância, que consistia em tele aulas, composto de fitas de vídeo e livros, em que cada capítulo dos livros apresentava e desenvolvia o conteúdo de uma tele aula, sendo estas “mediadas” por um professor.

Com a suspensão da oferta desses exames, pela SEDUC/PA, houve um considerável aumento pela procura de vagas especialmente no Nível Médio EJA. E em virtude disso, foi solicitado à SEDUC/PA pela direção da instituição, através de processo, a implantação deste nível de ensino. Assim, em 2010, com a devida implantação, a Escola/NAES passou a ofertar além do Nível Fundamental dentro do Ensino Personalizado, o Nível Médio EJA este autorizado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE. E paralelo a isso, o Centro de Estudos Supletivos – CES também implantou nos NAES o Nível Médio EJA Personalizado.

É importante observar que o NAES- Núcleo Avançado de Ensino Supletivo, com seu funcionamento dentro da Escola Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira, não tinha autonomia para expedir certificação de conclusão dos cursos, sendo que isto era feito exclusivamente pelo CES. Este fato sempre causou entraves, em consequência do atraso na expedição de certificação de nossos alunos e, até mesmo, o extravio de documentação de muitos alunos. Diante disso, juntamente com os demais Núcleos localizados em outros municípios do Estado, iniciou-se um processo de reivindicação para descentralizar a expedição das certificações do CES para os NAES. (PPP da Instituição, 2018, p.9).

Neste contexto, segundo o PPP da Instituição (2018), a coordenação da EJA/SEDUC, compreendendo a necessidade desta descentralização, iniciou o processo da nova estruturação do NAES que culminou com a sua mudança para o Centro de Educação de Jovens e Adultos-CEEJA, através da portaria nº 848/2014-SAEN/SEDUC, a qual transforma o Núcleo Avançado de Estudos Supletivos “Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira” – NAES em CEEJA “PROF.^a MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA” – CEEJA.

Além de autorizar os CEEJA's a expedir toda e qualquer documentação escolar, dos alunos de Ensino Personalizado e concluintes do Exame Estadual Permanente, em nível de Ensino Fundamental e Médio na Modalidade de Educação

de Jovens e Adultos, através das portarias: Nº 294/2016 – CCE-PA; Port. Nº 003/2014-SAEN/SEDUC; Port. Nº 002/2014-SAEN/SEDUC; Port. Nº 716/2016-GS/SEDUC que aprovam normativas unificadas para os CEEJAS. (PPP DA INSTITUIÇÃO, 2018).

Em síntese, a coordenação/ direção/ administração do até então NAES, buscou sua “autonomia” quanto às questões burocrático-administrativas, aspirando melhorias organizacionais e de desenvolvimento da instituição, a qual após esse processo de regulamentação passa a “ser” um CEEJA, com “atendimento” personalizando com fins de certificação (o qual já tinha essa função, porém passa a expedi-lo na própria instituição, para assim acelerar ainda mais esse processo) tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio na modalidade EJA. (PPP DA INSTITUIÇÃO, 2018).

Contudo, apesar do exposto acima, ainda não se pode fazer afirmações quanto à caracterização do surgimento desses Centros, visto que há indícios de Centros em outros estados que tiveram início antes de tais legislações e que assim como todo histórico da EJA é de extrema complexidade.

3.1 A metodologia de ensino personalizada

O CEEJA Maria Oscarina Silva Pereira do município de Abaetetuba, como exposto anteriormente, tem um histórico um tanto complexo, assim como a EJA num todo, aqui, buscarei elucidar sobre como se dá a metodologia personalizada nesta instituição, a partir do que está disposto no Projeto Político Pedagógico – PPP da mesma.

Para análise, partirei da concepção de metodologia que Paulo Freire desenvolvia, a qual é pautada em um conjunto de ações desenvolvidas tanto pelo educador quanto pelo educando, não somente com a finalidade de certificar a conclusão de uma educação voltada a dados estatísticos, mas de despertar em cada um, partindo da realidade em que o educando está inserido, conhecimentos que os façam questionar e intervir em vários segmentos, âmbitos e aspectos da sociedade, uma educação emancipatória e humanizada.

A metodologia do CEEJA – Abaetetuba se caracteriza em uma educação que visa a acelerar o processo educacional de jovens e adultos, consistindo-se em um modelo semipresencial, a partir do qual afirmam que:

Faz-se necessário a efetivação de políticas públicas voltadas para o bem estar da sociedade de um modo geral; em que haja a realização de projetos educativos voltados para o combate a impunidade e a falta de geração de empregos; em que os valores morais e efetivos sejam resgatados em suas íntegra. Assim, o CEEJA se propõe realizar um trabalho pedagógico que crie possibilidades de se obter significativos resultados no processo de ensino aprendizagem, especialmente por oferecer uma metodologia de ensino capaz de conciliar a vida escolar à diversidade socioeconômica e territorial, sendo que tais condições sempre foram e ainda são determinantes no afastamento de pessoas em qualquer idade do âmbito escolar. (PPP da Instituição, 2018, p.11).

Segundo o PPP da instituição (2018) esta metodologia que vem sendo desenvolvida na instituição vislumbra produzir uma educação crítica, na qual os educandos sejam capazes de interagir no meio social, propondo e provocando mudanças nesse contexto. Porém, na prática, esta metodologia não favorece condições para que este pensamento crítico seja trabalhado, não apenas por consistir em uma educação semipresencial, mas, por, além disto, também ser individualizada. Incidindo em aulas personalizadas, em que o educando estuda por módulos, estes elaborados pelos professores de cada disciplina/área de conhecimento da instituição.

A Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O *pedagógico* refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. (LIBÂNEO, 2007, p. 29).

Em que, a autonomia e a capacidade de decisão oriundas dessa educação apresentem-se, como já dito, dentro desse novo contexto como importantes instrumentos para a conquista de uma sociedade menos mecanicista e mais humana, onde todos sejam respeitados e ocupem com dignidade seus direitos na efetiva construção dessa sociedade.

O CEEJA “atende” pessoas jovens e adultas não só da zona urbana, mas principalmente residentes da zona rural do município, que compreende as comunidades das ilhas, estradas e ramais, bem como, residentes de outros municípios. No que tange ao como se efetiva a dinâmica da instituição,

Quanto à frequência, a metodologia personalizada oferece flexibilidade de horário e turno ao aluno, sendo que, o mesmo pode frequentar a escola no mínimo três períodos de aula semanais, preferencialmente no turno de sua matrícula. Caso não possa frequentar o tempo mínimo estabelecido por motivo de trabalho, moradia, ou outros, precisa apresentar justificativa (PPP da Instituição, 2018, p.15).

Assim, o atendimento se dá com liberdade no período da matrícula, não obrigatoriamente de frequência, disponibilidade de professores de todas as áreas do conhecimento para esclarecer dúvidas, adaptando-se à disponibilidade de tempo de cada aluno. Sendo esta, segundo o PPP da instituição (2018), uma escola diferente, pois o aluno pode estudar de acordo com seu ritmo de aprendizagem, frequentar em seu horário disponível, receber orientação individual e fazer “aproveitamento” de estudos.

Conforme regimento interno é estabelecido que os níveis de Ensino Fundamental ou Médio poderão ser concluídos em dois anos cada. Nos casos de aproveitamento de estudo poderão ser concluídos em um ano, sendo que a cada semestre o aluno deverá ter concluído no mínimo 25% do número total de módulos do nível que estiver cursando (PPP da Instituição, 2018, p.15).

No ato da matrícula, a qual pode ser realizada em qualquer época do ano, o educando recebe o material de estudo (livro didático referente à série), uma ficha de acompanhamento e algumas orientações referentes aos módulos. As aulas têm início através do processo chamado aula inaugural/acolhimento (que é previamente agendado), onde a coordenação pedagógica informa como sucede a dinâmica e organização do CEEJA, bem como a metodologia personalizada.

No livro dado ao educando, segundo o PPP da instituição (2018), durante a matrícula já vem especificado as unidades e capítulos que serão estudados para a realização das provas a cada módulo, e quantos módulos são necessários para a conclusão da série. Nos módulos, o educando desenvolve sua série estudando as disciplinas da base curricular comum, as quais são divididas por áreas de conhecimento (Ciências humanas, ciências naturais e exatas, e linguagens e códigos), cada área de conhecimento tem funcionamento em uma sala de aula, onde os professores dividem espaços para realizar o “atendimento” individual, este atendimento e todo procedimento que o educando realizar é registrado na sua ficha de acompanhamento. Assim,

Durante o estudo de cada módulo o aluno passa por um processo avaliativo no qual é considerado o rendimento quantitativo

correspondente a 6,0 pontos que considera aprendizagem dos conteúdos e o qualitativo que equivale a 4,0 pontos sendo que para essa pontuação são observados os seguintes critérios: atividades de pesquisa, responsabilidade, interesse de aprendizagem, outros. Para avançar para o módulo seguinte, o aluno terá que alcançar a média mínima de aprovação de 8,0 pontos. O aluno que não alcançar a média mínima fará recuperação durante o processo, mediante autorização do professor da referida disciplina. Sendo de responsabilidade do professor (a) de cada disciplina orientar e acompanhar o aluno quanto ao tempo de conclusão de cada módulo (PPP da Instituição, 2018, p.15).

Segundo o documento escolar, quando o aluno se sente “preparado” (sempre com o acompanhamento e autorização do professor) para a avaliação escrita, dirige-se à secretaria e agenda o dia e horário de sua avaliação, a qual ocorre três vezes na semana nos dias de Terça, Quinta e Sexta, com horários no período da manhã, tarde e noite, em sala específica para a aplicação (as quais são aplicadas por duas professoras responsáveis para tal). No final de cada horário a avaliação é encaminhada para os professores de cada disciplina onde ocorre a correção e o lançamento das notas no diário de classe e retorna para a sala de avaliação onde se registra no controle de notas do aluno.

O CEEJA também “oferece” aos educandos o Exame Estadual Permanente, sobre o qual na resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010, deixa estabelecido que:

§ 4º Os Exames Estaduais, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, são de responsabilidade da Secretaria de Estado Educação – SEDUC, a quem compete programar, supervisionar e acompanhar sua execução, por meio da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJA.

Art. 67. Os Exames Estaduais serão previstos em programação específica para cada ano, contendo:

I. Calendário de execução;

II. Indicação dos estabelecimentos de ensino, onde serão realizados;

III. Programação dos conteúdos.

Parágrafo único. Os Exames de que trata o *caput* deste artigo são de responsabilidade das Secretarias de Educação, a quem compete programar, divulgar, supervisionar e avaliar sua execução, por meio da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJA.

O Exame consiste em aferir as competências, habilidades e conhecimentos adquiridos no processo escolar, com finalidade de acelerar ainda mais o processo de conclusão e certificação seja do nível Fundamental ou Médio dos educandos da modalidade EJA. Assim,

Art. 68. Os Exames Estaduais na modalidade Educação de Jovens e Adultos serão categorizados como:

I. Periódicos;

II. Permanentes.

§ 1º Os exames periódicos serão realizados semestralmente, oportunizando aos candidatos inscrição nas disciplinas da base nacional comum em cada exame semestral.

§ 2º Os exames permanentes serão realizados sempre que o candidato comprovar a falta de até 3 (três) disciplinas, conteúdos ou componentes curriculares para a conclusão do Ensino Fundamental ou até de 4 (quatro) disciplinas, conteúdos ou componentes curriculares, para a conclusão do Ensino Médio.

§ 3º O Centro de Estudos Supletivos (CES) está credenciado a realizar e certificar os Exames Estaduais permanentes, a quem compete o desempenho dos atos administrativo-pedagógicos para esse fim, podendo ser estendida essa competência aos Núcleos Avançados de Ensino Supletivo – NAES.

Art. 69. No ato da inscrição aos Exames Estaduais periódicos e/ou permanentes, o candidato deverá apresentar o histórico escolar e a estrutura curricular do estabelecimento de ensino, para que possa obter a dispensa de exames das disciplinas da base nacional comum dos ensinos fundamental, médio ou equivalente.

E com base nos dispostos acima, o CEEJA – Abaetetuba “prepara” os educandos interessados em realizar este exame, realizando ações periódicas nos municípios circunvizinhos objetivando “encurtar” a distância territorial e “possibilitar” a conclusão, como já dito, referente aos níveis ensino fundamental ou médio, em que após inscrito, o educando tem direito a prestar anualmente dois Exames Estaduais permanentes, nas disciplinas, conteúdos ou componentes curriculares em que estiver inscrito, e caso não consiga aprovação no primeiro exame, poderá realizar o segundo exame em até 120 (cento e vinte) dias após a realização da última prova.

Art. 72. Os candidatos aos Exames Estaduais periódicos e permanentes que comprovarem pertencimento a contextos educacionais do campo, indígenas, quilombolas e pessoas com necessidades especiais deverão receber atendimento apropriado às suas condições de vida e de trabalho e poderão ter seus estudos aproveitados de acordo com o que estabelece esta Resolução.

Art. 73. Em qualquer situação, a aprovação será feita por disciplina, conteúdo ou componente curricular, cuja nota mínima será cinco (5,0).

Art. 74. Os Exames Estaduais serão realizados mediante a utilização de instrumentos confeccionados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais e normas constantes da presente Resolução, observada a base nacional comum e considerada a relevância dos conteúdos em razão da modalidade de ensino, relativamente aos níveis fundamental e médio, com o objetivo de verificar o nível de conhecimento e/ou de habilidades adquiridos pelos estudantes.

Parágrafo único. Nos Exames Estaduais periódicos e permanentes relativos ao Ensino Fundamental não serão abordados conteúdos de língua estrangeira, exceção feita àqueles candidatos que, oriundos

da escola regular, apresentem reprovação nesse componente curricular, constituindo-se essa hipótese forma de regularização da situação acadêmica daqueles alunos interessados em retornar ao Ensino Médio.

Esse processo “preparatório” que o Centro desenvolve a partir da metodologia personalizada, se aplica tanto para fins de conclusão dos módulos, quanto para a aferição e “prestação” de exames a nível Estadual como o Estadual Permanente e Nacional como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, o qual consiste na mesma proposta/finalidade do exame descrito anteriormente, porém a certificação aplica-se somente ao nível médio e em âmbito Nacional.

Vale ressaltar, que essa prática de medida e verificação do “rendimento” escolar é um método que está imposto há décadas na sociedade, a qual vislumbra o resultado, sem considerar o processo de desenvolvimento desta educação, onde se busca apenas elevar dados estatísticos, para que esta instituição/Município/Estado/País se torne “referencia” em educação, sem assim, se preocupar com a qualidade desta educação desenvolvida.

E por se objetivar dados “positivos”, neste caso visa viabilizar a certificação de conclusão do nível fundamental ou médio, em que a comunidade escolar acaba ocasionando nos educandos um acúmulo de conteúdos, onde o “conhecimento” se limita em resolução destas provas/testes/exames, sem, assim, contextualizar com o cotidiano e os demais aspectos subjetivos do educando e do que os cerca.

Visto que o exame, nesse contexto, se direciona apenas para quantificar os educandos e acelerar o processo de certificação da educação básica, classificando e medindo o seu “conhecimento” em notas, as quais dentro de um conjunto de fatores/ações acarretam danos não somente no desenvolvimento educacional, mas também no desenvolvimento psicossocial do educando.

Além de desenvolver a metodologia personalizada e aplicar o Exame Estadual Permanente, o CEEJA também desenvolve o Projeto Mundiar, o qual consiste em tele aulas, no mesmo modelo de ensino que era proposto pelo Telecurso 2000, direcionado a alfabetizar jovens, adultos e idosos que não estudaram ou não concluíram as séries iniciais do ensino fundamental, onde as vídeo aulas são mediadas pela coordenação pedagógica do Centro diariamente (de segunda a sexta), o qual ocorre somente no turno da manhã, por este projeto “atender” educandos das ilhas, estradas e ramais do município.

O CEEJA, portanto, é pautado por três pilares³: o primeiro deles é a presença flexível do aluno, o segundo é o atendimento individualizado e o terceiro e último é referente a eliminação por disciplina, cujo objetivo é de facilitar o processo de “aprendizado” e se adequar ao ritmo do educando, dispondo de diversos métodos para acelerar esse processo ansiando a certificação do mesmo num curto período. Porém, como já dito, esse processo viabiliza apenas a certificação, o qual não proporciona ao educando uma relação de trocas de saberes e experiências, não possibilita uma educação em que este seja autônomo, e não os instiga a reflexão da sua realidade, ficando pré-estabelecidos e limitados ao livro didático e a realização de exames.

³ <https://www.escol.as/artigos/34-ceeja-como-funciona-o-sistema-de-ensino-para-jovens-e-adultos->

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos evidenciar nesse Trabalho de Conclusão de Curso a metodologia de ensino personalizada que é desenvolvida no Centro de Educação de Jovens e Adultos-CEEJA Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira no Município de Abaetetuba/PA, e especificamente, sobre as influencias que esta metodologia personalizada desenvolve tanto para a formação educacional sistemática, quanto para a compreensão do contexto social em que se estão inseridos.

Propondo-nos assim, a elucidar sobre o processo metodológico educacional que deve ser direcionado a essa modalidade, bem como seus sujeitos e o contexto social e educacional em que esta educação é desenvolvida. Compreendendo que o processo educacional nesta modalidade de ensino carece partir de políticas e práticas educacionais as quais sejam construídas em diálogo com as vivências, as trocas de experiências, os relatos e os saberes presentes no fazer e no refazer de vidas cotidianas destes trabalhadores que estudam e que desejam desenvolver e expandir o direito ao conhecimento como parte do percurso para alcançar outros direitos.

Compreendemos a partir deste estudo, que os argumentos presentes no projeto político pedagógico da instituição se “direcionam” a uma formação que integre o sujeito, como membro participativo, crítico e autônomo na/da sociedade e que possa promover mudanças quanto ao seu contexto social. Porém, o que se considera a partir das análises, pautadas nas concepções de Freire referentes a educação crítica e emancipadora, é que esta metodologia personalizada desenvolvida pela instituição viabiliza apenas acelerar o processo de certificação da conclusão do Ensino Básico, não cabendo nesse processo o desenvolvimento do pensamento crítico do educando, visto que esse processo se dá por um modelo individualizado e semipresencial.

Diante disto, visto os percalços, e a defasagem que há na metodologia de ensino personalizada que o CEEJA Maria Oscarina Silva Pereira desenvolve, percebemos o quanto não só uma “filosofia” de ensino, mas a prática dela pode transformar a educação dos sujeitos que nela participarem, pois dependendo de qual seja, pode formar um sujeito autêntico, emancipado e crítico quanto a realidade em que está inserido ou um sujeito preso em práticas e conhecimentos limitados, sem visão crítica de sua realidade.

Deste modo, a metodologia de ensino é o processo pelo qual deve ser compreendida como um conjunto de ações a serem desenvolvidas tanto pela comunidade escolar como um todo, quanto pelo educador, visando alcançar os objetivos propostos e não como um mero roteiro prescritivo que busca promover uma ação docente mecanizada a qual desconsidera o contexto em que o educando está inserido.

Portanto, sendo fundada nos valores da democracia, da participação, da equidade e solidariedade social, a EJA deve permitir aos educandos mudar a qualidade de sua intervenção na realidade. E compreendendo, por tanto, que o acesso a EJA, assim como, a Educação Básica como um todo, não é garantia de permanência do educando na escola, visto que, como já dito, que está permanência envolve múltiplos processos, não só educacionais, mas sociais, econômicos e políticos, os quais influenciam diretamente no desenvolvimento biopsicossocial do educando.

Sendo estas razões de despertar nos educandos o reconhecer-se, tanto como sujeito histórico, de saberes, quanto de direitos para que permaneçamos na luta, para que estas ações ocorram de fato, que sejam práticas, e não se disponha apenas em discursos oficiais e documentações legais. Visto que, o processo de desconstrução da democracia, ocasionada por um governo excludente, por qual passa o nosso país está a exigir de seu povo a consciência crítica do momento histórico/atual.

E a pedagogia de Paulo Freire nos conduz a essa educação, a partir exercício da utopia, com a possibilidade do sonho, com a confiança de poder construir solidariamente uma sociedade que respeite os direitos individuais e sociais e garanta todos os direitos a uma vida com dignidade e justiça.

Contudo, para que haja uma sociedade igualitária, onde a educação de qualidade, crítica, a qual integra o indivíduo seja realidade é necessário que todos os âmbitos educacionais sejam valorizados. Pois o acontecer da educação envolve bem mais do que princípios, diretrizes ou coordenadas, mas diz respeito à prática, e uma dinâmica social abrangente e diferenciada, a qual é única e singular de cada contexto, cada indivíduo e cada instituição.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. **EJA: uma educação para o trabalho ou para a classe trabalhadora?** Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 4, N. 8, 2016.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores** / Vera Barreto. – São Paulo: Arte & Ciência, 1998.138p.; 21 cm.

BEISEIGEL, Celso de Rui. **Considerações sobre a Política da União para a Educação de Jovens e Adultos Analfabetos.** Revista Brasileira de Educação. N.4, 1997.

BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, DF. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular -1º segmento** /— São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: Julho de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília-DF, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução** / Secretaria de Educação Fundamental, il.: v. 1, p. 148, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, alfabetização e Diversidade. **Alunas e alunos da EJA.** Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará.** Pará, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CATELLI, Roberto. GISI, Bruna. SERRÃO, Luís Felipe. **ENCCEJA: cenário de disputas na EJA.** Rev. Bras. Estud. Pedagóg. vol.94 no.238 Brasília Sept./Dec. 2013.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000300005>. Acesso em 24 de junho de 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. [Organização Ana Maria Freire]. - 1. ed. São Paulo: Paz e terra, p.144, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. 37. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos (org.) **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Benedito Reginaldo dos Santos. **A Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos: Uma análise de alguns mecanismos que levam a evasão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Pará, p. 17-28, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Programa Recomeço – Supletivo de Qualidade. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/programa-recomeco-supletivo-de-qualidade/>>. Acesso em: Julho de 2019.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. **PROEJA: entre desafios e possibilidades**. HOLOS, [S.l.], v. 2, p. 114-129, Maio 2012. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914/536>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PEDAGÓGICO, Projeto Político. **Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof.^a Maria Oscarina Silva Pereira**. Abaetetuba, 2018.

RAIOL, Marielza do Socorro de Araújo; MACÊDO, Marinete Corrêa. **A prática do Currículo oficial na Educação de Jovens e Adultos na Escola Cônego Luis Varela em Abaetetuba-Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Pará, p.14-68, 2008.

RODRIGUES, Andrea dos Santos. **A Prática pedagógica dos professores no centro de educação de jovens e adultos-CEEJA Prof^a Maria Oscarina Silva Pereira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Pará, 73 fls, 2019. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1520>. Acesso em: Julho de 2019.

SOUSA, G. S. et al. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos, a BNCC e a necessidade de uma construção curricular.** Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 3981-3993, 2017.

THOMPSON, Edward P. Educação e experiência. In: Thompson, E.P. **Os românticos:** a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 11-47, 2002.

VILHENA, Marineide do Socorro Silva de. **A Educação de Jovens e Adultos no município de Abaetetuba:** problemas e perspectivas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Pará, p. 11-45, 2004.

ANEXO A – Ficha de acompanhamento individual



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROFESSORA MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA



FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL

Nº _____

Nome: _____ Contato: _____ Aprov. Est.: () sim () não

Turno de Matrícula: _____ Nível: _____ Disciplina: _____ Início: ____/____/____ Fim: ____/____/____

M1 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____ M2 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____ M3 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____ M4 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____

M5 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____ M6 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____ M7 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____ M8 - Inic ____/____/____ Fim ____/____/____

Dia / Módulo	Registro de aulas	Registro / Observações
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Coord. Pedag. _____	() Acolhimento e informes pedagógicos () Mudança de disciplina	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	
____/____/____ Mod. ____ Turn. ____ Ass. Prof. _____	() Aula Explicativa () Correção de atividade () Revisão conteúdo () Atividade de pesquisa () Ativ. de grupo () outros () Exposição de trab. Pesquisa () Avaliação da aprendizagem () Avaliação: 2ª chamada () Avaliação: 3ª chamada	

ANEXO B – Módulos do livro didático do 6º ano

História Módulo 01 Unidade 01- IDENTIDADE E PLURALIDADE -Cap. 1 – O estílo da história -Cap. 2- A história no cotidiano. Módulo 02 Unidade 02 – ALIMENTAÇÃO - Cap. 3 – A viagem dos alimentos - Cap. 4 – Os sabores da África reinventados no Brasil.	Geografia Módulo 01 Unidade 01- IDENTIDADE E PLURALIDADE -Cap. 1 – O território brasileiro. -Cap. 2 – O Brasil e suas regiões. -Cap. 3 – A população brasileira. Módulo 02 Unidade 02 – ALIMENTAÇÃO - Cap. 4 – A produção de alimentos - Cap. 5 – A produção de alimentos e os impactos ambientais.
Ciências Módulo 01 Unidade 01- IDENTIDADE E PLURALIDADE (pg. 286 a 334) - Cap. 1 – As expedições científicas pelo Brasil. - Cap. 2 Módulo 02 Unidade 02 – ALIMENTAÇÃO (pág. 286 a 319) - Cap. 3 – Alimentação dos seres vivos - Cap. 4 – Os alimentos. - Cap. 5 – O corpo humano e os alimentos - Cap. 6 – Hábitos alimentares dos brasileiros	Artes Módulo 01 Unidade 01- IDENTIDADE E PLURALIDADE. - Cap. 1 – Brasil: um país multicultural. - Cap. 2 – Um país em festa. Módulo 02 Unidade 02 – ALIMENTAÇÃO - Cap. 3 – Quando o alimento vira arte
Português Módulo 01 Unidade 01- IDENTIDADE E PLURALIDADE (pág. 16 a 50) - Cap. 1 – Diferente falares e versos - Cap. 2 – Histórias palavrões e origens. Módulo 02 Unidade 02 – ALIMENTAÇÃO (pág. 51 a 83) - Cap. 3 – Tomando o cotidiano mais leve - Cap. 4 – Os recursos da publicidade.	Matemática Módulo 01 Unidade 01- IDENTIDADE E PLURALIDADE (pg.86 a 118) - Cap.1 - Números naturais e operações. - Cap. 2 – Geometria Módulo 02 Unidade 02 – ALIMENTAÇÃO (pág. 119 a 154) - Cap.3 – Frações - Cap.4 – Números decimais e medidas
Espanhol Módulo 01 Unidade 01 – IDENTIDADE E PLURALIDADE: - Cap. 1 – O espanhol no mundo - Cap. 2 – Identidade Módulo 02 Unidade 02 – ALIMENTAÇÃO - Cap. 3 – A boa alimentação previne doenças - Cap. 4 – Planejar as refeições	Ed. Física Módulo 01 Obs: Os módulos são entregues pela professora.

ANEXO C – Módulos do livro didático do 9º ano

<p>História</p> <p>Módulo 07 Unidade 01 - TRABALHO - Cap. 1 - O trabalho na escola. - Cap. 2 - Trabalho e industrialização.</p> <p>Módulo 08 Unidade 02 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - Cap. 3 - O mundo bipolar. - Cap. 4 - Histórias e meio ambiente.</p>	<p>Geografia</p> <p>Módulo 07 Unidade 01 - TRABALHO - Cap. 1 - Indústria: transformações e desafios. - Cap. 2 - Relações de trabalho.</p> <p>Módulo 08 Unidade 02 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - Cap. 3 - Vivendo em mundo globalizado. - Cap. 4 - Globalização e meio ambiente.</p>
<p>Português</p> <p>Módulo 07 Unidade 01 - TRABALHO (pág. 16 a 49) - Cap. 1 - O trabalho no seu dia a dia. - Cap. 2 - O trabalho em debate.</p> <p>Módulo 08 Unidade 02 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - Cap. 3 - O mundo que queremos. - Cap. 4 - A reflexão por meio do humor.</p>	<p>Artes</p> <p>Módulo 05 Unidade 01 - TRABALHO (pág. 156 a 167) - Cap. 1 - O artista popular e a sua obra. - Cap. 2 - De amador a profissional. - Cap. 3 - A indústria cultural.</p> <p>Módulo 06 Unidade 02 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - Cap. 4 - A arte hoje.</p>
<p>Ciências</p> <p>Módulo 07 Unidade 01 - TRABALHO - Cap. 1 - A Química no dia a dia. (pág. 284) - Cap. 2 - A energia. (pág. 275)</p> <p>Unidade 02 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - Cap. 3 - Consumo e desenvolvimento sustentável (pág. 295) - Cap. 4 - Os meios de transporte. (pág. 300)</p>	<p>Matemática</p> <p>Módulo 07 Unidade 01 - TRABALHO (pág. 86 a 119) - Cap. 1 - Sistemas de equações do 1º grau e equações do 2º grau. - Cap. 2 - Matemática financeira e estatística</p> <p>Módulo 08 Unidade 02 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE (pág. 120 a 154) - Cap. 3 - Geometrias - Cap. 4 - Funções</p>
<p>Espanhol</p> <p>Módulo 05 Unidade 01 - TRABALHO - Cap. 1 - As profissões - Cap. 2 - Tarefas domésticas</p> <p>Módulo 06 Unidade 02 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - Cap. 3 - Natureza morta - Cap. 4 - Mudando nossas atitudes</p>	<p>Ed. Física</p> <p>Módulo 05 Obs: Os módulos são entregues pela professora.</p>

LIVRO DO 9º ANO

ANEXO D – Projeto Político Pedagógico do CEEJA Profª Maria Oscarina Silva Pereira

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

ABAETETUBA / Pa

2017-2018

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Uma construção coletiva de
saberes.

ABACETUBA / PA

2013-2013

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

“precisamos contribuir para criar
a escola que é aventura, que marcha,
que não tem medo do risco,
por isso que recusa o imobilismo.
A Escola em que se pensa, em que
se atua, em que se cria, em que se fala,
em que se ama, se advinha,
a escola que apaixonadamente
diz sim à vida”

Paulo Freire

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1 - Centro de Educação de Jovens e Adultos Profª Maria Oscarina Silva Pereira.
- 1.2 - Endereço: Rua Jairlândia, 754. Bairro - Algodal - Abaetetuba – Pa
- 1.3- Entidade Mantenedora: Secretaria de Estado de Educação do Pará.
- 1.4 - Níveis de Ensino: Fundamental e Médio.
- 1.5 - Modalidade de Ensino: Educação de Jovens e Adultos
- 1.6 - Metodologias de Ensino: Ensino Personalizado, Ensino Médio EJA e Exame Estadual Permanente
- 1.7- Projeto Mundial – Correção de fluxo

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

2. Estrutura Física

Espaço	Quantidade
Sala de aula	5
Sala de direção	1
Sala de coordenação pedagógica	1
Sala de professores	1
Secretaria academica	1
Sala de leitura/biblioteca	1
Laboratório de informática	1
Sala de AEE	1
Deposito de merenda	1
Deposito de material de hig. e limpeza	1
Refeitório	1
Copa cozinha	1
Bicicletário	1
Banheiro servidores	1
Banheiro feminino alunos	1
Banheiro masculino alunos	1
Banheiro acessível	1

3. JUSTIFICATIVA:

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o plano global da escola. Deve ser entendido como a sistematização, nunca definitiva de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. É um importante caminho para a construção da identidade do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA). Expressa as opções da comunidade escolar, as propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo realizado e o que se quer colocar em prática do que foi projetado.

Nessa perspectiva, o PPP é um instrumento que tem a finalidade de orientar a escola e o CEEJA nas suas atividades diárias de forma sistemática, científica, consciente, participativa, democrática, enfatizando os princípios norteadores da educação para a formação do ser humano em sua totalidade. Ele se insere neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re) construído e utilizado por toda a comunidade escolar, pelo compromisso com o processo de mudança. Mudar a prática educativa implica enfrentar os desafios, alterar concepções enraizadas no modelo educacional vigente, que conforme Gaudêncio Frigotto (2011, p. 240) precisa haver uma "revolução" para superar essa sociedade de uma "minoridade prepotente" sobre uma "maioria de desvalidos". Nesse sentido, faz-se necessário perceber as limitações das teorias, das organizações e, sobretudo, apontar para a existência de alternativas educacionais, na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária.

A sociedade promove uma multiplicidade de motivações, fazendo com que os projetos se realizem, sejam eles contraditórios ou conflitantes. O projeto seria um meio de comunicação, expressão, articulação de interesses, objetivos, inspirações, sentimentos. É um instrumento dinâmico e deve ser elaborado permanentemente, reorganizando a memória do indivíduo, dando-lhe novos sentidos e significados, o que repercute em sua identidade. Assim sendo, a dinâmica dos projetos e a construção de identidades, mantém o passado em permanente reconstrução.

Portanto, a identidade escolar proposta no PPP é um processo dinâmico, sujeito a constantes avaliações e reformulações relativas às novas vivências, às novas teorias de

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

educação, às relações dos indivíduos, dos grupos ou instituições que se estabelecem. Outrossim, não se pode desconsiderar as condições materiais e sociais da escola, pois ela não está dissociada da sociedade, enfrentando assim profundas problemáticas no seu dia a dia. Da mesma forma que, no contexto das práticas pedagógicas, os professores enfrentam desafios para a construção de sua própria existência humana, social e profissional, fatores que também estão presentes e interverem nas atividades que realizam no processo de trabalho da sua prática docente e que, portanto, devem ser levados em consideração no contexto do planejamento educativo.

A compreensão destas implicações, no desenvolvimento da prática educativa escolar torna-se relevante para o entendimento da escola, como lugar de espaço-tempo em que se vive e se é profundamente influenciado pelas relações humanas que, no projeto, foi e está internalizado. Assim, é possível pensar que estarão sempre abertas as possibilidades para a construção de uma práxis capaz de transformar as relações sociais existentes na sociedade e, entre elas, aquelas que se dão na escola.

Por fim, o projeto ora exposto pretende nortear todas as ações que se acredita ser essenciais para o sucesso do processo de ensino aprendizagem. Tais ações, em conjunto, têm como foco principal priorizar a educação daqueles alunos que, pelas mais diversas razões, estão fora da escola e da faixa etária, mas que buscam, constantemente, uma oportunidade de voltar e continuar sua formação escolar. Propõe-se, portanto, com este projeto uma formação do sujeito capaz de dar conta de sua realização sócio, política, profissional e cultural no domínio das suas convicções pessoais e coletivas de convivência social.

4. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO CEEJA:

A Constituição Federal, em seu art. 208, inciso I, assim como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em seu art. 37, asseguram a educação de jovens e adultos àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Para este fim, em 1984 foi implantada em nosso município a Unidade de Ensino Supletivo (UES), a nível Fundamental, que funcionou à princípio em um prédio cedido pelo CIRETRAN e posteriormente, na biblioteca pública municipal.

Em 1987, a prefeitura municipal de Abaetetuba, doou à 3ª Unidade Regional de Educação/SEDUC, uma área de terra equivalente a 517.5 m² destinado à construção de uma escola para o funcionamento exclusivo do NAES (Núcleo Avançado de Ensino Supletivo) em Abaetetuba. Assim, em 1989, sob portaria nº 507/89-GS, foi inaugurada a Escola Estadual Profª Maria Oscarina Silva Pereira, que recebeu este nome para homenagear a primeira professora na Educação de Jovens e Adultos neste município, a qual passou a ser sede, definitivamente, do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo.

A princípio, o prédio construído, possuía uma sala de aula, secretaria, uma pequena cozinha, um banheiro feminino e um masculino para os alunos e um para os servidores.

Em consequência do aumento da demanda de alunos, por volta de 1996, a comunidade escolar foi contemplada com mais uma sala de aula, construída com recursos do governo. Esta estrutura física permaneceu até 2010, ano em que a escola passou por várias mudanças tanto em sua estrutura física, com a adaptação da sala para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a construção de mais uma sala de aula, quanto em sua estrutura metodológica, com a implantação do Ensino Médio Personalizado no NAES e o Ensino Médio EJA na Escola Maria Oscarina. No mesmo período, a escola recebeu da Prefeitura Municipal, um lote de terra nos fundos do seu terreno, aumentando assim a sua área territorial.

Com o aumento considerável do número de alunos matriculados na escola, teve início o processo de solicitação da ampliação e reforma do prédio escolar junto a SEDUC. Em 2013, durante a gestão da atual diretora, Profª Rita Fonseca da Silva, a escola foi contemplada, pelo Governo Estadual, com a reforma e ampliação do seu prédio, obra que teve início em maio de 2013. Atualmente, a escola possui sala de direção, secretaria, sala de

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

professores com banheiro exclusivo, sala de AEE, laboratório de informática, cozinha, depósito de merenda, banheiros masculino e feminino para os alunos, um banheiro adaptado para os alunos deficientes físicos, cinco salas de aula, biblioteca, refeitório coberto e uma área livre que acompanha toda a área construída da escola.

Inicialmente, o NAES ofertava a seus alunos a educação de Jovens e Adultos apenas a nível fundamental. Mas ocorria também na Escola/NAES, a Nível Médio e Fundamental, o Exame de Suplência em Educação Geral promovido pela SEDUC e coordenado pelo CEJA.. O Exame consistia em uma avaliação onde os candidatos a partir de uma inscrição, com período pré-estabelecido para todo o Estado do Pará, tinham a oportunidade de concluir seus estudos. Além deste, tinha também a metodologia Exame Especial, que por sua vez, era destinado aos alunos matriculados na rede regular de ensino, porém, retidos em até três disciplinas da 8ª série e/ou na 4ª etapa do ensino fundamental e na 3ª série e/ou 1ª etapa do Nível Médio, também par fins de conclusão de curso. Vale ressaltar que os candidatos para a conclusão de curso no Nível Médio recebiam aulas, preparatórias, regulares através do programa Telecurso 2000, onde havia uma lotação específica de professores para essa finalidade.

Com a suspensão da oferta desses exames, pela SEDUC, houve um considerável aumento pela procura de vagas especialmente no Nível Médio EJA. Em virtude disso, foi solicitado à SEDUC pela direção da escola, através de processo, a implantação deste nível de ensino. Assim, em 2010, com a devida implantação com portaria nº , a Escola/NAES passou a ofertar além do Nível Fundamental dentro do Ensino Personalizado, o Nível Médio EJA este autorizada pelo CEE. Paralelo a isso, o CES também implantou nos NAES o Nível Médio EJA Personalizado.

É importante observar que o NAES- Núcleo Avançado de Ensino Supletivo, com seu funcionamento dentro da Escola Profª Maria Oscarina Silva Pereira, não tinha autonomia para expedir certificação de conclusão dos cursos, sendo que isto era feito exclusivamente pelo CES. Este fato sempre causou entraves, em consequência do atraso na expedição de certificação de nossos alunos e, até mesmo, o extravio de documentação de muitos alunos. Diante disso, juntamente com os demais Núcleos localizados em outros municípios do Estado, iniciou-se um processo de reivindicação para descentralizar a expedição das certificações do CES para os NAES.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

Neste contexto, a coordenação da EJA/SEDUC, compreendendo a necessidade desta descentralização, iniciou o processo da nova estruturação dos NAES que culminou com sua mudança para Centro de Educação de Jovens e Adultos- CEEJA, através da portaria nº 848/2014- SAEN/SEDUC (transforma o Núcleo Avançado de Estudos Supletivos "Profª Maria Oscarina Silva Pereira" - NAES em CEEJA "PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA" - CEEJA), além de autorizar os CEEJAs a expedir toda e qualquer documentação escolar, dos alunos de Ensino Personalizado e concluintes do Exame Estadual Permanente, em nível de Ensino Fundamental e Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, através das portarias: Port.nº 294/2016 – CCE-Pa; Port. Nº 003/2014-SAEN/SEDUC (Autoriza os CENTROS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, a expedir toda e qualquer documentação escolar do ensino Personalizado e concluintes do Exame Estadual Permanente); Port. Nº 002/2014-SAEN/SEDUC (Autoriza a implantação do EXAME ESTADUAL PERMANENTE no nível Fundamental e Médio, na modalidade EJA); Port. Nº 716/2016-GS/SEDUC (aprova normativa unificada para os CEEJAS)

5. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Observa-se hoje o mundo da violência globalizada: do tráfico de drogas a marginalização e a desestruturação familiar. Um mundo capitalista onde procura-se obter conhecimento com o objetivo de conseguir posição social e retorno financeiro, uma sociedade que usa o conflito como argumento e faz dele meios para defender interesses políticos e religiosos. Neste contexto, observa-se também um mundo em que faz-se necessário a efetivação de políticas públicas voltadas para o bem estar da sociedade de um modo geral; em que haja a realização de projetos educativos voltados para o combate a impunidade e a falta de geração de empregos; em que os valores morais e afetivos sejam resgatados em sua íntegra. Para tanto, é necessário a formação de homens críticos, participativos, capazes de interagir no grupo em que vivem, propondo e provocando mudanças, ou seja, exercendo sua cidadania plena. E é exatamente por isso que a escola deve ter condições de desenvolver ações que de fato oportunizem acesso e formação, para que seus alunos absorvam conhecimento numa perspectiva cultural e de inserção no mercado de trabalho. Assim, o CEEJA Profª Maria Oscarina, se propõe realizar um trabalho pedagógico que crie possibilidades de se obter significativos resultados no processo de ensino aprendizagem, especialmente por oferecer uma metodologia de ensino capaz de conciliar a vida escolar à diversidade socioeconômica e territorial, sendo que tais condições sempre foram e ainda são determinantes no afastamento de pessoas em qualquer idade do âmbito escolar.

Por ser uma instituição que atende quase que com exclusividade a Modalidade EJA, os alunos precisam ter no mínimo quinze anos de idade para cursar o Nível Fundamental e dezoito anos para cursar o Nível Médio. Entre o universo de nosso alunado, temos um número significativo residentes na zona rural do município, que compreende as comunidades das ilhas, da estrada e ramais, bem como alunos que residem em outros municípios, mas que veem na metodologia do Ensino Personalizado a oportunidade de acesso, permanência e conclusão de estudo com sucesso. No que se refere ao Exame permanente, é realizado ações periódicas em municípios circunvizinhos, que objetiva: encurtar a distancia territorial e possibilitar a conclusão de curso para jovens e adultos, que por motivos diversos tiveram que se afastar do convívio escolar e que não dispõe de tempo para a escola seriada, através de

exames que avalia as competências, habilidades e saberes adquiridos em todas as suas dimensões de vida.

5. VISÕES DE EDUCAR:

5.1- Visão de Política

O desenvolvimento do pensamento crítico, de valores éticos e morais possibilitam uma melhor percepção da realidade e, conseqüentemente, a possibilidade de intervir e modificá-la.

5.2 - Visão de Educação

A Educação é um dos processos de formação da pessoa humana, através da qual as pessoas se inserem sistematicamente na sociedade, transformando-se e transformando sua realidade.

5.3 - Visão de Instituição de Ensino

Ambiente que leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana, onde o conhecimento sistematizado é compartilhado, tendo a função e responsabilidade de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

5.4 - Visão de Sociedade

Universo no qual o indivíduo está integrado, produzindo e reproduzindo relações sociais, buscando soluções para os problemas, alterando comportamentos, desconstruindo, (re) construindo concepções, costumes, normas valores e ideias objetivando o bem comum.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

6. FILOSOFIA DO CEEJA

Desenvolver um processo político-sócio-educativo pautado no respeito, contribuindo para que esta comunidade escolar desenvolva uma cidadania ativa, através da consciência crítica e participativa, integrada ao contexto no qual está inserida.

7. O SUJEITO SOCIAL QUE PRETENDEMOS FORMAR:

Que sejam capazes de:

- Assimilar o conhecimento sistematizado para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, necessários à sua vida em sociedade;
- Compreender e respeitar a diversidade sócio-cultural e de gênero;
- Perceber a realidade em que está inserido, intervindo em prol do bem comum;

8. OBJETIVOS

8.1- Geral

Garantir Educação escolar de qualidade a jovens e adultos, possibilitando o acesso, permanência e término dos estudos com êxito, com metodologias de ensino acessível, respeitando as diversidades sociais, econômicas e territoriais.

8.2- Específicos

- Assegurar intermitentemente matrícula durante o ano letivo.
- Reintegrar o aluno (a) ao contexto educacional através do ensino personalizado, exame estadual permanente, programas e projetos educacionais;
- Estimular o desenvolvimento crítico de sua cidadania, a consciência solidária e a liberdade de expressão;
- Incentivar a busca pelo conhecimento através das ações educativas.
- Possibilitar o acompanhamento educacional e especializado aos alunos com deficiência.

9. METODOLOGIA DO ENSINO

9.1 - Metodologia Personalizada:

Consiste em aulas personalizadas com o professor de cada disciplina, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem do aluno ocorre de forma individual e em grupo, sendo que se processa da seguinte forma:

O aluno desenvolve seu curso estudando as disciplinas da base curricular comum, no máximo 03 (três) concomitantemente, onde os conteúdos estão distribuídos em módulos, os quais são cursados sequencialmente.

As aulas tem início através de do processo chamado aula inaugural/acolhimento, (previamente agendado), neste momento o alunos tem conhecimento de toda organização pedagógica do CEEJA e da metodologia ensino personalizado neste sendo que no ato da matrícula o mesmo recebe previamente o material de estudo.

Durante o estudo de cada módulo o aluno passa por um processo avaliativo no qual é considerado o rendimento quantitativo correspondente a 6,0 pontos que considera aprendizagem dos conteúdos e qualitativos que equivale a 4,0 pontos sendo que para essa pontuação são observados os seguintes critérios: atividades de pesquisa, responsabilidade, interesse de aprendizagem, outros. Para avançar para o módulo seguinte, o aluno terá que alcançar a média mínima de aprovação 3,0 pontos. O aluno que não alcançar a média mínima fará a recuperação durante o processo, mediante a autorização do professor da referida disciplina.

Conforme o regimento interno é estabelecido que os Níveis de Ensino Fundamental ou Médio poderão ser concluídos em dois anos cada. Proposta: Os casos de aproveitamento de estudo poderão ser concluídos em um ano, sendo que a cada semestre o aluno deverá ter concluído no mínimo 25% do número total de módulos do nível que estiver cursando. Sendo observados casos excepcionais. É responsabilidade do professor (a) de cada disciplina orientar e acompanhar o aluno quanto ao tempo de conclusão de cada módulo. O aluno concluinte do Nível Fundamental, em qualquer período do ano, poderá imediatamente iniciar o Nível Médio na mesma Metodologia Personalizada, tendo a idade mínima 18 anos. É garantida ao aluno, com deficiência, a inclusão na turma de AEE, onde o acompanhamento

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

deverá ser concomitante às aulas regulares, observado e considerado as adversidades e grau de deficiência de cada aluno, referente ao seu rendimento, podendo ter um tempo estendido em relação ao que é definido em tempo normal para a conclusão de disciplina e curso. A matrícula ocorre durante todo o período do ano letivo, sendo que é exigida a idade mínima de 15 anos para o Nível Fundamental e 18 anos para o Nível Médio, quanto a frequência a metodologia oferece flexibilidade de horário e turno ao aluno, sendo que o mesmo pode frequentar a escola no mínimo três períodos de aula semanais, preferencialmente no turno de sua matrícula. Caso não possa frequentar o tempo mínimo estabelecido por motivo de trabalho, moradia, outros, precisa apresentar justificativa.

Considerando que a Modalidade de Ensino Educação de Jovens e Adultos foi criada para promover o retorno ao convívio escolar a jovens e adultos, proporcionando assim oportunidade para iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos, é que propomos o aproveitamento de estudo como uma alternativa de estímulo maior a jovens e adultos que já avançaram em até 50% de seus estudos na metodologia de ensino seriado. Ao ingressar na metodologia de ensino personalizado, o aluno passa a ser regido pelos critérios desta metodologia.

Desta forma, observa-se no ato da matrícula, o aluno que já concluiu o 7º ano (6ª série) seriado ou 3ª etapa do Nível Fundamental/ EJA e 2ª série ou 1ª etapa do nível Médio, tem direito ao aproveitamento de seu estudo, dando continuidade a sua formação a partir dos módulos (conteúdos) equivalentes, conforme exemplo abaixo.

Ex. Nível Fundamental - L. Portuguesa: total 08 módulos

O aluno cursa os 04 (quatro) últimos módulos, os quais contemplam os conteúdos necessários para a conclusão do curso.

Nível Médio - L. Portuguesa: total 08 módulos. O aluno cursa os quatro últimos módulos, os quais contemplam os conteúdos necessários para a conclusão do curso.

Quanto ao processo de avaliação qualitativa e quantitativa

O aluno durante o processo de aprendizado de cada módulo, realiza atividades diferenciadas: pesquisa, interpretação de texto, produção textual, conforme orientação do professor, além dos quesitos citados no processo de avaliação, acumula um percentual máximo de 4,0 pts. Quanto o mesmo se sente preparado (sempre com o acompanhamento e

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

autorização do professor) para a avaliação escrita, vai até a secretaria e agenda o dia, horário de sua avaliação. Ressaltamos que o CENTRO, dispõe de uma sala de avaliação específica, com duas professoras responsáveis pelo processo de aplicação das avaliações. No final de cada horário a avaliação é encaminhada para os professores de cada disciplina onde ocorre a correção e o lançamento de notas no diário de classe e retorna para a sala de avaliação onde se registra no controle de notas do aluno.

9.2 - Exame Estadual Permanente

Obedecerá as normas estabelecidas no Capítulo VII, Art. 68 ao Art. 79 da Resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010/ CEE, que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos.

9.3 (saberes da EJA)

9.4 (mudiar)

10. Plano de ação

O plano de ação, em anexo, é definido em planejamento escolar, o qual ocorre no início de cada semestre. Neste momento ocorre primeiramente a avaliação das ações realizadas no semestre anterior e paralelamente é definido novas ações para o semestre seguinte. Tais ações focalizam para o desenvolvimento dos alunos em todos os aspectos de sua formação, para a qualidade do processo ensino aprendizagem e também para o bom andamento de cunho administrativo.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

11. AVALIAÇÃO DO PROJETO

Considerando a importância de alcançarmos os objetivos apresentados neste projeto, é que traçamos uma avaliação no final de cada semestre e com data estabelecida no calendário escolar. Tal avaliação consiste em verificarmos minuciosamente a efetivação de cada ação planejada para alcançarmos os objetivos apresentados neste projeto.

Diagnosticando com atenção, as dificuldades encontradas para a realização de tais ações e, a partir deste ponto, propor novas estratégias para que todos os objetivos sejam contemplados de maneira satisfatória. Esta avaliação conta com a participação de toda comunidade escolar (alunos, pais de alunos, professores, gestores, equipe técnica e demais funcionários).

12. CONCLUSÃO

A efetivação de um Projeto Político Pedagógico proporciona com certeza, em qualquer escola, o deslumbramento de realizar ações que sempre foram almejadas por todos, mas que são difíceis de serem viabilizadas sem planejamento e sem parcerias. O mesmo ocorre com nossa escola. Portanto, assumimos o compromisso de trabalhar para concretizarmos de fato as ações traçadas, para que os objetivos sejam alcançados, porque acreditamos que o progresso venha acompanhado pelo respeito à pessoa humana, pela ética, por uma educação com sistemas flexíveis, que respeite as especificidades de grupos ou indivíduos, evitando a exclusão social e o aumento das desigualdades.

Ao concluirmos este trabalho, afirmamos que nossa escola precisa ser um espaço aberto, onde todos os sujeitos sejam estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e nas grandes coisas, de modo que cultivem valores e reflitam sobre eles sempre.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

13. BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 208, inciso 1º.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da História e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 16 n. 46, jan-abr, 2011.
- PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico. Como construir o Projeto político Pedagógico da Escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico Social dois Conteúdos. No Projeto Pedagógico. Pedagogia em Foco, Petrópolis, 2002.
- BAFFI, Maria Adélia Teixeira. O Perfil Profissional do Formando

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

Avaliação diagnóstica das ações realizadas em 2013.

Aspectos positivos:

- ✓ Serviço de portaria contemplado no turno da manhã;
- ✓ Efetivação da reforma e ampliação da escola;
- ✓ Coordenação pedagógica presente nos três turnos;
- ✓ Reuniões pedagógicas periodicamente;
- ✓ Estratégias de resgate dos alunos evadidos;
- ✓ Melhoras no relacionamento entre os funcionários;
- ✓ Manutenção das aulas paralelamente a reforma, não prejudicando o ano letivo e a conclusão de curso dos alunos;
- ✓ A cozinha superou as expectativas, dando qualidade no trabalho das servidoras de apoio;
- ✓ Muitos professores foram classificados como nota 10 no conselho de classe;
- ✓ A preocupação de professores avisando antecipadamente sua falta;
- ✓ Compromisso das equipes com as atividades nos sábados;
- ✓ Aproveitamento de estudos;
- ✓ Maior frequência dos pais na escola;
- ✓ Compra de equipamentos e acessórios para a escola, dando suporte para a qualidade das ações (maquina fotográfica, caixa de som amplificada grande)

Aspectos negativos:

- ✓ Falta de porteiro no turno da tarde deixando a escola vulnerável
- ✓ Os vigias da noite não estão chegando no horário, muito atraso;
- ✓ Iluminação precária nos corredores;
- ✓ Carência de uma escada para serviços imediatos e como suporte na secretaria para os arquivos suspensos;
- ✓ A secretaria ficou com um espaço pequeno;
- ✓ Muitos alunos estão ficando nos corredores, especialmente após o recreio;

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

- ✓ Índice elevado de evasão escolar;
- ✓ Desarticulação entre equipe pedagógica, centralização em seus turnos de trabalho;
- ✓ Não há uma divulgação dos alunos que passaram no vestibular, outros;
- ✓ Ausência de cursos de formação para os professores;
- ✓ Sala de avaliação: pastas removidas para o espaço;
- ✓ Distribuição irregular dos alunos por disciplina, sobrecarregando algumas disciplinas;
- ✓ Salas de aula muito quente;
- ✓ Limpeza do prédio ainda continua precária (especialmente os banheiros) em decorrência da falta de servidores para estes fins;
- ✓ Atraso de alguns professores no horário de entrada;
- ✓ As faltas não estão sendo repostas no mesmo, e sim em outro turno, o que prejudica o aluno do turno onde houve a falta;
- ✓ Antecipação de aulas sem aviso prévio;

Propostas:

- ✓ Colocar porteiro a tarde;
- ✓ Organização do horário dos porteiros 18h;
- ✓ Melhorar a iluminação;
- ✓ Construir um espaço para coordenação e xerox;
- ✓ Providenciar agente administrativo para noite;
- ✓ Criar estratégia de resgate dos alunos evadidos;
- ✓ Divulgar os alunos que passam em concurso;
- ✓ Planejar com antecedência as atividades;
- ✓ Criar uma caixinha para a confraternização de final de ano;
- ✓ Criar estratégia de incentivo ao aluno nota 10;
- ✓ Organizar atividades práticas e oficinas por bimestre;
- ✓ Criar um projeto para alunos com dificuldades de leitura e escrita;
- ✓ Criar uma planilha de distribuição das disciplinas;
- ✓ Disponibilizar mais páginas de frequência;

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

- ✓ Promover um chá de cozinha;
- ✓ Oferecer momentos de lazer para os alunos disponibilizando jogos de mesa, xadrez, dama, dominó,....
- ✓ Divulgar os trabalhos da escola;
- ✓ Providenciar conchas para a distribuição da merenda;
- ✓ Compra de escada;
- ✓ Colocar moldura no espelho do banheiro dos professores;
- ✓ Fazer a reposição de faltas em horários em que não tenha professor;
- ✓ Criar critérios de reposição de faltas;
- ✓ Informar antecipadamente a falta aos alunos;
- ✓ Mais um professor para sala de AEE;
- ✓ Módulo danificado deve ser repostado pelo aluno;
- ✓ Frequência da sala de avaliação é o agendamento;
- ✓ Agendamento por turno;

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVES E ADULTO PROFª MARIA OSCARINA SILVA PEREIRA

Sumario

1. Dados da Identificação	04
2. Justificativa	05
3. Apresentação e caracterização da Escola e do CEEJA	07
4. Diagnóstico da realidade	10
5. Visões de Educar	11
6. Filosofia da escola	12
7. Perfil do aluno que pretendemos formar	12
8. Objetivos	13
9. Metodologias de Ensino	14
10. Plano de ação	16
11. Avaliação do projeto	17
12. Conclusão	18
13. Bibliografias	19
14. Anexos	20
✓ Diagnose 2013	
✓ Plano de ação 2014	
✓ Calendário 2014;	
✓ Organograma da Instituição	
✓ Quadro funcional administrativo, técnico e docente.	
✓ Matriz Curricular para o Ensino Personalizado - Nível Fundamental	
✓ Matriz Curricular para o Ensino Personalizado – Nível Médio	
✓ Instrumental Conselho de Classe	
✓ Relatório Censo Escolar 2014.	
✓ Projetos: Sala de Recurso Multifuncional, Laboratório de Informática, Biblioteca / Sala de leitura.	
✓ Resolução 001/2010- CEE, Artigos que tratam da Educação de Jovens e Adultos.	